



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 7/2025

Aos trinta dias do mês de junho de 2025, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa, foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pela Primeira Secretária, Ana Sofia Santos Ramos Pereira (em substituição de Carlos Simão Martins Mingacho) e pela Segunda Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.
2. Aprovação de atas:
 - 2.1 Ata n.º. 2/2025, referente à sessão ordinária de 27 de fevereiro.
 - 2.2. Ata n.º. 3/2025, referente à sessão extraordinária de 20 de março
 - 2.3. Ata n.º. 4/2025, referente à sessão extraordinária de 25 de abril.
3. Intervenções.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.
2. Apresentação das conclusões da Assembleia Municipal Jovem realizada a 23 de Abril de 2025
3. Direito de Petição. Associação Animais de Ninguém.
4. Discussão e votação da proposta de “Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco”. **(Proposta n.º. 39/2025)**
5. Discussão e votação da proposta de “Adenda ao Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Café de - Mercadinho da Criadilha e Festival dos Moinhos”. **(Proposta n.º. 40/2025)**
6. Discussão e votação das Propostas de “Regulamentos dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco”:
 - 6.1.1. Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Município de Castelo Branco”. **(Proposta n.º. 41/2025)**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

6.1.2. Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais no Sistema Público de Drenagem do Município de Castelo Branco. **(Proposta nº. 42/2025)**

6.1.3. Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Higiene e Limpeza Urbana de Castelo Branco. **(Proposta nº. 43/2025)**

7. Discussão e votação da Proposta do “PAPERSU – Plano de Ação do Município de Castelo Branco para cumprimento do PERSU 2030 – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos”. **(Proposta nº. 44/2025)**

ADITAMENTO

8. Discussão e votação da proposta de “Contas Consolidadas do Grupo Municipal do ano de 2024”. **(Proposta nº. 45/2025)**

9. Discussão e votação da proposta de “3ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano de 2025”. **(Proposta nº. 46/2025)**

10. Discussão e votação da proposta de “Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Monforte da Beira para aquisição de viatura”. **(Proposta nº. 47/2025)**

11. Discussão e votação das propostas de “Acordo de Colaboração com as Juntas e Uniões de Freguesia:

11.1. Freguesia da Lardosa – Festa da Flor 2025. Aditamento. **(Proposta nº. 48/2025)**

11.2. Freguesia de Salgueiro do Campo. Feira da Vinha e do Vinho 2025. Aditamento. **(Proposta nº. 49/2025)**

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Fernandes, Orlando Almeida Gonçalves Vicente (em substituição de Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo), Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Norberta Fernandes (em substituição de Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida), Hélio Pedro Gonçalves Lameiras (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Joaquim Manuel Faustino (em substituição de Carlos Simão Martins Mingacho), Cláudio Duarte Rodrigues Santos (em substituição de Daniel António Guerreiro Almeida), Maria Cristina Vicente Pires



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, Maria Adelaide Batista Silva (em substituição de José António Afonso Dâmaso), Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro de Almeida, José António Afonso Dâmaso.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, José António Afonso Dâmaso.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir:

Presidente da Assembleia Municipal – Bom dia a todos, vamos então iniciar esta reunião ordinária, convocada de acordo com o Regimento e também com a legislação vigente. Em nome da Mesa, apresento uma saudação formal a todos, expressando a nossa consideração e desejando um trabalho produtivo para todos.

Tendo em conta a ausência do Senhor Primeiro-Secretário, por motivos de doença e, portanto, perfeitamente justificada, solicito à Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Rio de Moinhos, Ana Sofia Santos Pereira, se ninguém se opuser, o favor de ocupar o lugar de Secretária na Mesa.

Saúdo o Senhor Presidente da Câmara, os Senhoras e Senhores Vereadores, Deputadas e Deputados Municipais, Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia do Concelho, os Munícipes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

presentes aqui no Salão Nobre e que estão também remotamente connosco através das redes sociais.

Saudamos também os dirigentes e funcionários municipais e a comunicação social.

Quanto às substituições justificaram a sua ausência todos os Deputados que hoje não comparecem na sessão.

Assim, por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista, Carlos Mingacho, será substituído por Joaquim Faustino; Nuno Maia, substituído por Hélio Lameiras; Daniel Almeida, substituído por Cláudio Santos; José António Dâmaso, Presidente da Junta de Freguesia da Lardosa, substituído por Maria Adelaide Silva, tesoureira da respetiva freguesia. Por parte do Grupo Municipal do Sempre-Movimento Independente, o Deputado Pedro Crisóstomo será substituído por Orlando Vicente; Paulo Almeida, substituído por Norberta Fernandes. Relativamente, ao Grupo Municipal do PSD/CDS/PPM e também do CHEGA, não há qualquer informação de alteração.

2. Aprovação de atas:

2.1 Ata nº. 2/2025, referente à sessão ordinária de 27 de fevereiro.

Aprovada, por unanimidade.

2.2. Ata nº. 3/2025, referente à sessão extraordinária de 20 de março

Aprovada, por unanimidade.

2.3. Ata nº. 4/2025, referente à sessão extraordinária de 25 de abril.

Aprovada, por unanimidade.

3. Intervenções:

Ernesto Candeias Martins (MPT) – A minha intervenção, Senhor Presidente, é muito breve e sintética.

Em primeiro lugar, felicita-lo pelo evento Sabores e Saberes da Beira Baixa. Eu sei que alguns incomodam-se comunicacionalmente com alguns ruídos, mas como cidadão, reconheço que é um evento para a cidade e, igualmente, pela inauguração daquela fonte que esteticamente e arquitetonicamente, se justificava, uma vez que havia ali um vazio e, por isso, como cidadão, reconheço isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Agora, queria interpelá-lo, se foi acautelada a intervenção de reabilitação do parque de estacionamento? E, se sim, temos que zelar por isso, tal como, está a fazê-lo em alguns outros parques de estacionamento, a melhorar, e isso é também de salutar. Portanto, a reparação das fissuras, humidade e de tudo o que realmente está em mau estado, há que acautelar, após esta intervenção, se foi acautelada.

Em segundo lugar, a questão da Saúde e das Unidades de Saúde Familiar, gostaria de saber se o Plano de Emergência perante a vaga de calor está ativado e se há helicópteros de emergência, como se prevê, segundo o próprio Governo, assim, como também as questões ligadas aos incêndios, infelizmente.

Mas, ainda voltando às Unidades de Saúde Familiar, queria perguntar como é que está a situação da execução das duas que estão previstas, penso que Alcains terá uma previsão de término bastante rápida. Agora, a minha pergunta, Senhor Presidente, é se vai lançar ou tem pensado em novos projetos de Unidades Familiares no nosso território, sobretudo, mais naquelas zonas do interior do Concelho.

Em terceiro lugar, a melhoria da Segurança no Concelho, lembro que em maio de 2024 houve uma segunda reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança e a assinatura do Protocolo de Cooperação entre a Câmara e a Polícia de Segurança Pública para instalação e utilização do sistema de videovigilância da cidade. Vejo nas atividades que já foi a concurso público, mas queria saber qual a situação, assim como, o alargamento, não ficando só em determinadas zonas, numa primeira fase.

Como sabe, há sempre aqui algumas coisas que podemos melhorar, por exemplo, a existência de um posto móvel de atendimento da PSP. Penso que merecia a pena repensar o reforço, por exemplo, na aquisição de uma viatura da GNR para todo o território, assegurando a Segurança. Penso que também seria uma boa ideia, nesse sentido, portanto a segurança é um bem coletivo, exige responsabilização e união de todos, de convergência com todas as forças políticas e, por isso, mesmo, venho interpelar sobre esse assunto.

Maria da Conceição Martins Pereira (CHEGA) - Eu venho aqui falar de um assunto que já há algum tempo atrás, falei e infelizmente, o Senhor Presidente não me deu resposta, mas espero que hoje me dê resposta. É o seguinte, há trabalhadores que assinaram contrato com a Câmara e, portanto, é quem lhes paga. É triste dizer isto, mas é a verdade, não ganham o ordenado mínimo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

não têm quaisquer direitos, não têm direito a férias, não fazem descontos, é como que se não trabalhassem. É triste, fazem o mesmo trabalho que os outros que têm contratos, portanto, digamos, assim, que pertencem à “casa” e trabalham as mesmas horas. Isto é o quê? É escravatura? Somos portugueses? Já que se fala tanto do ordenado mínimo, devia aumentar estes trabalhadores. São o quê? Escumalha? Não interessam? Não têm família? O que é que eles são, afinal? E ainda bem que está aqui a comunicação social para transmitir isto a todos os ouvintes. Eles não têm direito à vida? Eles não têm família? Porque é que não têm direito a descontos? Estes trabalhadores não descontam para a reforma, é como se não estivessem a trabalhar. São portugueses, meus amigos, são portugueses. São pessoas que trabalham e trabalham no duro e depois eu é que sou a racista. Há outros que estão a ganhar subsídios acima do ordenado mínimo e que não fazem nada. Não é mentira, não. Se quiser, tenho provas. Eles são o quê? A escumalha da sociedade? Que democracia é esta? Que sociedade democrática é esta? Esquecem-se destes trabalhadores? É que há muitas pessoas que trabalham, algumas são famílias monoparentais. É isto que tenho a dizer e reflitam bem. Gostava de ter uma resposta.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/MPT) – Bom dia a todos! Nós estamos, como sabem, em ano de eleições autárquicas, teremos eleições dentro de poucos meses e já podemos porque estamos em condições de o fazer, um balanço daquilo que foi o mandato autárquico do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco e que eu creio que é relativamente fácil de sintetizar.

Muitas promessas, mas pouca concretização. Ao longo do mandato fomo-nos habituando a ver grandes parangonas de jornais com anúncios de que muita obra iria acontecer. Mas será que esta obra teve concretização? Vejamos, a Zona Histórica do Castelo. Esta foi porventura uma das maiores promessas da campanha de Leopoldo Rodrigues, em 2021. Prometeu reabilitar 250 casas, 250 novas famílias e jovens na Zona Histórica.

O Senhor Presidente já assumiu, de resto, que essa promessa era uma fantasia e nós não esperávamos que concretizasse todas estas transformações em apenas quatro anos.

É evidente que não é possível transformar a Zona Histórica do Castelo em quatro anos.

Mas, quatro anos depois de tantas promessas, há apenas três casas em reabilitação. Elas não estão ainda reabilitadas, estão em reabilitação. Ou seja, o Senhor Presidente da Câmara cumpriu 1,2% daquilo que prometeu.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

É mau demais.

Depois, 50 novas empresas e 500 postos de trabalho bem pagos também, na Zona Histórica.

É caso para dizer que o Senhor Presidente prometeu, mas não cumpriu.

Ainda na habitação, prometeu 100 casas de renda acessível por ano. Já devíamos ir em 400, está agora o primeiro prédio em construção.

Cá está, prometeu, mas não cumpriu.

Barragem do Barbaído, a grande obra hídrica prometida não saiu do papel. Disse o Senhor Presidente da Câmara em 2021 e 2023, que “a Barragem do Barbaído é absolutamente fundamental e está nas nossas mãos”. Disse, inclusive, que não precisava do Estado para nada, a barragem iria avançar, independentemente do apoio do Governo.

Prometeu, mas não cumpriu.

Ecopista de Alcains/Cebolais/Retaxo, um investimento prometido como foco no desenvolvimento turístico e mobilidade.

Prometeu, mas não cumpriu.

Tribunal Central Administrativo do Centro, o Senhor Presidente comprometeu-se com o Governo a preparar um espaço para receber o Tribunal, disse que o projeto era prioritário, iria colocar todos os técnicos a trabalhar nesse projeto. Comprou o edifício, já lá vão 19 meses e o Tribunal não existe porque a Câmara Municipal não cumpriu a sua parte.

Cá está mais uma vez, prometeu, mas não cumpriu.

Centro de Interpretação do Queijo de Alcains e Divulgação e Preservação da Indústria da Farinha.

Prometeu não cumpriu.

Quinta do Moinho Velho, o Município anunciou que iria receber um Serviço de Saúde Mental, um Centro de Apoio a Migrantes e a Associação do Cansado. A Quinta do Moinho Velho continua fechada, abre pontualmente.

Cá está, mais uma vez, prometeu não cumpriu.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Parque de Campismo de Castelo Branco. Em 2022, disse que seria construída uma piscina, um parque infantil e três bungalows. Onde estão estas obras?

Prometer, prometeu. Não cumpriu.

Bairro do Valongo, em 2022, anunciou a requalificação do estádio da sede e de um edifício anexo na Associação Recreativa e Cultural do Bairro do Valongo. A degradação do estádio continua à vista de todos.

Prometeu, mas não cumpriu.

A lista de promessas é longa, a de concretizações é bem curta.

Está claro para todos, Senhor Presidente, que este seu mandato não lhe correu bem e eu creio que o Senhor Presidente já percebeu isso e está nervoso. Está a ficar preocupado e nós percebemos que está nervoso e preocupado com três fenómenos a que temos assistido nos últimos meses.

O primeiro, começou há algum tempo com o anúncio desenfreado de obras.

Prometem-se obras a “torto e a direito”, arrancam-se projetos a “torto e a direito” e o importante é andarmos aqui pela cidade e pelas freguesias e vermos tudo com anúncios de obras. Obras que saberemos lá, quando é que estarão prontas. E depois, porque é esse o objetivo, o Senhor Presidente fala das obras como se estivessem concluídas e fossem já um grande sucesso, como é o caso da Escola de Chefs. Parece que a Escola está feita, está a funcionar e é um sucesso, mas se calhar nem para 2027 estará concluída.

Depois vamos ao seu Facebook e ao seu Instagram e vemos grandes vídeos, grandes produções do Senhor Presidente a mostrar aquilo que anda a fazer. Eu creio que isto é grave. O Senhor Presidente está a utilizar recursos do Município para fazer propaganda pessoal. É importante que isto se diga e as pessoas compreendem isso. Ficou muito ofendido, na semana passada, quando lhe fizemos essa acusação e disse que o queríamos silenciar, porque quando o Presidente da Câmara fala, está na verdade a falar também em nome do Município e a transmitir informações aos eleitores. Mas, o Senhor Presidente não acha que acreditamos nisso porque lembrou-se, agora, há três ou quatro meses das eleições, que era importante prestar contas, antes não era importante.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Lembrou-se agora, curiosamente, depois das eleições legislativas, onde apanhou um susto. E depois é importante percebermos que a Câmara Municipal tem páginas oficiais. O Município tem páginas oficiais, onde pode transmitir a informação e, aliás, é curioso que a Câmara Municipal faça na sua página uma publicação, geralmente, com algumas fotografias e uma descrição, mas depois disso, é produzido um vídeo propositadamente para o Senhor colocar nas suas páginas e coloca funcionários da Câmara Municipal a falar nesses vídeos e a fazer propaganda para si. É bastante grave e espero que o Senhor Presidente da Câmara, pondere bem, se deve continuar com esta atitude e com este comportamento que é muitíssimo censurável. Aliás, sei, Senhor Presidente, porque é que o senhor não coloca esses vídeos na página do Município. Porque o Senhor sabe que a partir do momento em que as eleições autárquicas forem agendadas, o senhor não poderá publicar esses vídeos na página da autarquia, justamente porque seriam considerados propaganda. Portanto, sabe bem, o que está a fazer, não é correto, é propaganda e somos todos que a estamos a pagar.

E, agora, por fim, esta pérola que temos, hoje, para discutir nesta Assembleia Municipal, que é uma Revisão Orçamental de 3 milhões de euros.

O Senhor Presidente está desesperado.

É 1 milhão de euros por mês até às eleições, vale tudo para tentar comprar os votos de alguns.

A governação anda ao sabor do eleitoralismo do Partido Socialista e as pessoas percebem isso. As pessoas percebem que o Presidente da Câmara está desesperado porque este mandato não lhe correu bem. Ele sabe que não lhe correu bem e agora está a tentar vender à última da hora um conjunto de ilusões e nós estamos preocupados, e com razão, porque vemos que não há estratégia. Vemos que não há rumo. Olhamos à nossa volta e vemos outros Municípios a passar-nos à frente e é normal que isso preocupe.

Precisamos rapidamente de uma nova governação, porque assim, não vamos lá. Obrigado.

Ana Cristina Marques Lourenço (Sempre-MI) - Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, nestes últimos anos, assistimos inicialmente surpreendidos, depois desiludidos e, infelizmente, no final, já habituados a respostas e comportamentos seus, que nenhum dirigente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de nenhuma empresa, associação e, especialmente, de uma autarquia eleita diretamente pelo povo deveria adotar, pois em nada se coadunam com o respeito pelo cargo de representatividade global que ocupa.

Dou-lhe só alguns exemplos de respostas suas, relativamente, a algumas das minhas intervenções. Por diversas vezes respondeu a questões importantes que tinha de “estudar mais” ou que “já me tinha ensinado muitas vezes e que eu nunca mais aprendia”.

Senhor Presidente, estou há 20 anos, ligada a uma instituição de Ensino Superior que forma milhares de estudantes por ano, e muitos estão aqui, a ocupar a sua profissão, neste Salão Nobre, muitos espalhados pela região, que não eram de cá e que estão cá a trabalhar.

Senhor Presidente, não preciso que me ensine nada, até porque não estamos aqui para ensinar ninguém. Estamos aqui apenas para gerir propostas, ouvir pessoas, reunir sensibilidades e trabalhar em prol de todos.

Numa outra Assembleia Municipal, insinuou que não era eu que fazia as minhas próprias intervenções, que alguém escrevia e que eu as lia. Eu acho que já desmistificamos um bocado essa questão de não ser eu a fazer as minhas próprias intervenções, por isso vamos avançar. Disse também que trazia recados. Pois trago. Trazemos recados daquelas pessoas que nos abordam na rua, que estão descontentes e que estão preocupadas, porque acho que é para isso que estamos todos cá.

Recentemente respondeu a duas questões importantes que fiz com as “obras têm de ter tapumes”, “são obrigatórios por causa das auditorias”. Como se fôssemos todos muito tontinhos, fugindo à sua resposta, à verdadeira essência que é a preocupação essencial das pessoas.

E, para não nos alongarmos muito, teve também a oportunidade de me chamar efusiva, o que espero não ser um adjetivo afeto apenas à condição de ser mulher.

Temos assistido ao longo destes anos a situações desrespeitosas e deselegantes da sua parte e se nunca respondemos às suas provocações, é porque acreditamos que as atitudes ficam com quem as toma e porque não iríamos, com toda a certeza, desperdiçar o pouco tempo que temos de intervenção para defender o direito das pessoas com este tipo de questões que não abonam a favor de ninguém.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Está em causa, algo bem maior que nós, as pessoas, o Concelho, as instituições e as empresas.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, foram 32 as Assembleias Municipais, nas quais, teve oportunidade de mostrar que estava, efetivamente, convicto e a lutar por um coletivo, e não apenas pelo singular ou por quem está do seu lado.

Nestas Assembleias Municipais, colocámos questões de gestão corrente, colocamos questões pelas promessas que fez a todos os albicastrenses, confrontamo-lo com as situações mais importantes, mais representativas do cenário preocupante ao qual mergulhou esta cidade e este Concelho. Em poucas horas de intervenção que temos, apenas 18 minutos, no Período de Antes da Ordem do Dia para fazer estas intervenções, tivemos a honra e o privilégio de trazer a voz, a presença e as preocupações de todas as pessoas que nos abordavam na rua, cidadãos anónimos, empresas e instituições com preocupações legítimas de quem trabalha, estuda e vive na região.

Por isso, Senhor Presidente, nesta que poderá ser a última Assembleia Municipal, deste mandato, queremos marcar a posição do Sempre-Movimento Independente, no que refere às questões colocadas neste Órgão máximo, representativo e com capacidade efetiva de tomar decisões. Para isso, voltamos a perguntar, Senhor Presidente, apenas algumas questões da extensa lista que acumulou ao longo do seu mandato.

Como está a piscina e os bungalows do Parque de Campismo de Castelo Branco? Estruturas relevantes para a dinamização do turismo da região.

Como está a requalificação da Residência de Estudantes Calouste Gulbenkian, determinante para a fixação de jovens estudantes na região?

A Ecopista Cebolais/Alcains, fundamental para a mobilidade sustentável da região e para as cidades amigas do ambiente?

A implementação da Rede 5G em todo o Concelho, decisiva para a digitalização das instituições e o aumento da competitividade das nossas empresas?

O Gabinete Técnico Multidisciplinar de Apoio à Recuperação da Zona Histórica, determinante para a efetivação da melhoria das condições da Zona Histórica e revitalização do património e do turismo identitário da nossa região?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Cidade das Artes e da Ciência, essencial para a dinamização da cultura e das artes do Concelho?

O Festival de Teatro Infantil, iniciativa estratégica para a afirmação do território como uma cidade amiga da criança?

E, finalmente, o Centro de Medicina de Reabilitação, infraestrutura crucial de apoio à reabilitação física, com impacto direto no apoio ao desporto para todas as idades, no envelhecimento saudável e ativo e também na qualidade de vida da nossa comunidade?

Peço-lhe que, desta vez, nos responda com factos e não apenas com respostas que pretendem manobrar opiniões e diminuir a importância das questões colocadas.

Milena Cristina da Silva Marques Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Alcains) – É com muita satisfação que partilho, hoje, aqui, os principais contributos e impactos da mais recente edição do Portugal Cheese Festival para tirar algumas dúvidas, evento que se tem afirmado como um marco incontornável na valorização do queijo português e das tradições que lhe estão associadas.

A terceira edição deste festival foi inspirada na emblemática Feira do Queijo de Alcains e veio consolidar o sucesso de um projeto que cresce de forma sustentada ano após ano. É uma ligação simbólica à Feira de Alcains, reflete a forte identidade cultural e económica da região com a arte de fazer o queijo, reconhecida tanto a nível nacional como internacional. Importa sublinhar que, para além da tradição e da autenticidade que caracterizam o queijo português, este produto representa atualmente um sector em permanente evolução. A incorporação de inovação tecnológica, a adoção de práticas sustentáveis e a crescente integração na gastronomia contemporânea, conferem ao queijo nacional um lugar de destaque enquanto símbolo de modernidade, qualidade e excelência.

O Portugal Cheese Festival acompanha e reflete esta dinâmica de transformação. Promove um ciclo de conferências orientado para a reflexão sobre os principais desafios e oportunidades do setor. Estes momentos de diálogo contam com a presença de produtores, especialistas e agentes económicos, afirmando-se como um espaço de partilha de conhecimento e valorização do saber fazer português.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Mais do que um evento de promoção, o Portugal Cheese Festival constitui-se como um verdadeiro palco de tradições e inovação, caminhando lado a lado e reforçando uma imagem moderna, ambiciosa e alinhada com o futuro que o setor procura construir.

O Festival acolheu este ano, cerca de 18.000 visitantes, o que representa um aumento de 28,6% face à edição anterior. Reuniu 103 expositores, num ambiente marcado pela forte participação do público, pela diversidade da oferta, pela valorização da ligação entre produtores e consumidores.

Entre os expositores representados, destaco 30 expositores de queijos, representando a diversidade e qualidade da produção nacional, cinco produtores internacionais de queijos oriundos de Bilbao, Santiago de Compostela, Astúrias e Brasil.

A presença institucional no Cheese Festival, o maior festival de queijos de Espanha, reforçando a dimensão internacional deste evento e 20 produtores de produtos endógenos como mel, vinho, azeite, entre outros.

Este festival contou com uma forte representação regional com produtores de várias marcas provenientes do Centro e Alto Alentejo, Castelo Branco, Guarda, Coimbra, entre outros. Durante o evento, os visitantes puderam desfrutar de uma ampla variedade de produtos locais e artesanais.

A gastronomia regional esteve também em destaque com a participação de quatro restaurantes que integraram produtos da região nas suas ementas, proporcionando experiências gastronómicas autênticas e valorizando os saberes do território. Esta edição veio assim reforçar o posicionamento como um evento de referência nacional, promovendo o desenvolvimento económico, turístico e cultural da região e fortalecendo o projeto de Alcains como centro dinâmico de inovação agroalimentar e identidade local.

A programação também foi ampla, diversificada e estrategicamente orientada para a descoberta e valorização do queijo português, bem como, das atividades que lhe estão na sua origem, nomeadamente a pastorícia, pecuária, sectores estruturantes da economia local. Este crescimento demonstra o potencial do festival como instrumento de dinamização económica e valorização do nosso território.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Importa ainda destacar os dados recolhidos através do inquérito de satisfação junto dos expositores, cujos indicadores foram bastante positivos, mais de 90% classificam a experiência como muito satisfatória, 80,65% manifesta intenção de participar na próxima edição e 95,7% afirmam ter concretizado vendas ou contactos comerciais durante o evento. Estes dados demonstram a confiança crescente na organização e a perceção do festival como uma plataforma relevante para o fortalecimento das redes comerciais e para a promoção da excelência do queijo nacional.

Foram ainda amplamente reconhecidas e valorizadas algumas inovações, como a mascote do festival ou o passaporte do queijo e as melhorias na disposição de expositores, estruturas que contribuam para uma experiência mais fluída e funcional.

Em síntese, a edição 2025 consolidou o Portugal Cheese Festival como um evento de referência nacional, reforçando o seu papel enquanto motor de dinamização económica e cultural, bem como, uma vitrine de qualidade de produtos endógenos portugueses.

A realização de um evento desta escala em Alcains responde à necessidade há muito identificada, com impacto direto na valorização da vila e no reforço da autoestima da comunidade local.

Esta iniciativa municipal, insere-se numa estratégia mais ampla de coesão territorial e desenvolvimento sustentável, afirmando Alcains como um polo ativo de cultura, tradição e inovação.

Termino agradecendo às entidades parceiras que tornaram possível a concretização deste evento: Câmara Municipal, CATAA, Inovcluster, Ovibeja, Associação de Produtores do Queijo de Castelo Branco e muitos outros que estiveram presentes.

A todos os que contribuíram para que o Portugal Cheese Festival fosse um sucesso, bem-haja!

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) - Eu ia começar por mostrar a minha perplexidade. Fiquei aqui com a ideia que parece que não foi o PSD que apoiou o Governo do PS nesta Câmara Municipal. Pelas declarações do Senhor Deputado do PSD, o que me faz alguma impressão e temos que esclarecer, aqui, que o PSD, neste momento, está com uma coligação com o Sempre-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

MI, que já foi do PS também, resumindo, temos aqui as mesmas pessoas a queixarem-se às mesmas coisas.

Se me perguntarem se concordo com o Senhor Presidente da Câmara de utilizar os meios da Câmara que só está a utilizar agora, se utilizasse durante todo o mandato esta questão não se colocaria. Só está a utilizar agora para propaganda própria. Acho errado, mas é alguma coisa que nunca tivessem feito? O PS e o PSD estão habituados a isto.

Quer dizer, agora estamos aqui todos muito admirados, quando é na terra dos outros, dizer “aí Jesus, aqui D'el Rei”, o que é que aqui vem? Só achamos mal quando são os outros a fazer. É isto que me faz alguma confusão, a perplexidade que vocês ainda têm dos partidos que estão no sistema.

A outra questão, já foi falada aqui também das festas e concordo. A Senhora Presidente da Junta já o disse, está tudo muito bonito, a festa é muito bonita e gastou-se no fim de semana o orçamento de um ano. É isso que acho errado.

A Feira dos Sabores de Perdição foi uma festa boa? Foi, sim Senhor, gastou-se 1 milhão e meio de euros entre a fonte e a festa.

E, depois, acho que temos que ter uma postura institucional e não sei de quem é que foi a culpa, mas realmente aquela inauguração, onde eu, estava presente e curiosamente não apareci numa fotografia, fui com este fato, trouxe o mesmo para ver se agora fica queimado nas câmaras outra vez. Não apareci em nenhuma fotografia, o que é curioso, mas também constatei que grande parte do Executivo da Câmara, não sei se por impossibilidade, não estava na inauguração.

Nós podemos não concordar, mas há questões institucionais que temos que cumprir. Obrigado.

Armando Lopes Ramalho (Sempre-MI) - Senhor Presidente, ao longo do nosso mandato nesta Assembleia, por diversas vezes, alertámos para as promessas que empenhadamente fez aos albicastrenses aquando da campanha das Eleições Autárquicas de 2021.

Quando o fizemos, foi apenas com o intuito de alertar o Executivo a que preside para a necessidade de agir para que pudesse cumprir as promessas com que, em 2021 se apresentou a sufrágio aos albicastrenses. Assim, no final deste mandato, recordamos as intervenções que fizemos nesta Assembleia em dezembro de 2023, em fevereiro e abril de 2024.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Nestas intervenções relembrámos as promessas que o PS e o Dr. Leopoldo Rodrigues fizeram para a Zona Histórica de Castelo Branco, das quais, destacamos quatro dos cartazes com que o Partido Socialista, em setembro de 2021, lançou a sua campanha para as Eleições Autárquicas no Município de Castelo Branco.

O Centro Histórico de Castelo Branco, é um espaço abandonado, com inúmeros edifícios degradados e a exigir intervenção urgente”. “Mais de 100 edifícios abandonados, em ruínas ou a exigir intervenção urgente, são património da Câmara”. São palavras que constam dos cartazes do PS.

O novo Centro Histórico de Castelo Branco, espaço multifuncional com emprego e empresas, reabilitado com serviços públicos de excelência, novas acessibilidades, comércio, restauração e hotelaria de referência. Um local de afirmação, de excelência dos produtos, dos sabores e das artes de Castelo Branco.

Qualidade de vida única para quem já cá vive e para atrair novos residentes, casais e jovens.

O novo Centro Histórico, mais empresas e emprego, mais residentes, mais comércio e restauração, mais turismo, mais serviços, mais reabilitação e valorização do património, mais acessibilidades e mais cultura.

O novo Centro Histórico, três escadas rolantes de acesso ao Centro Histórico e ao castelo por lanços para servir a população residente e de apoio ao acesso ao castelo e ao desenvolvimento do turismo, comércio e restauração. Todos os cartazes terminavam com “Gente que faz gente de confiança”.

No final deste mandato autárquico, constatamos que para a Zona Histórica de Castelo Branco, o Partido Socialista e o Executivo a que preside, apenas tem para apresentar um rol de promessas não cumpridas.

Senhor Presidente, “Gente que não faz”, “Gente que não cumpre, não merece confiança”.

Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho (PS) – Hoje, falo-vos de desenvolvimento em tempo recorde. E quando falamos de desenvolvimento, nem sempre falamos do betão, falamos de dignidade, de políticas públicas ao serviço dos cidadãos, de termos habitação a preços controlados, de ver os nossos filhos praticar desporto em espaços com condições ou em novos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Centros de Saúde. É por isso que hoje, não venho falar de promessas vagas. Falo de projetos lançados e obras concretas, obras que há anos estavam prometidas, desejadas e que hoje podemos dizer que arrancaram.

Em apenas quatro anos, foram concretizados projetos, obras e intervenções de uma lista infindável que o tempo, nesta intervenção não me permite discriminar e por isso, vou-me ficar apenas por algumas que aleatoriamente escolhi e que oscilam entre os 100 mil euros e 2 milhões de euros.

Queria dizer também aqui ao Senhor Deputado Miguel Barroso que se diz que a lista de promessas por cumprir são muitas. A minha lista daquilo que foi feito também é bastante longa:

A habitação a custos acessíveis, construção do edifício da Carapalha;

Reabilitação do edifício para implementação da Escola de Chefs. Para terminar é preciso começar, mesmo que seja só em 2027;

A construção de duas creches no Bairro das Violetas, em Castelo Branco e em Alcains;

Reabilitação e beneficiação da Escola e Jardim de Infância de Escalos de Baixo;

Reparação das instalações eletromecânicas das Piscinas Municipais de Castelo Branco e Alcains;

Conservação e manutenção do pavilhão gimnodesportivo do antigo Ciclo de Alcains;

Requalificação dos balneários e piso do Pavilhão;

Construção do campo de futebol sintético em Alcains;

Substituição dos relvados sintéticos da zona de lazer de Castelo Branco e arrelvamento do campo pelado;

Requalificação e iluminação dos campos da zona de lazer;

Beneficiação do Parque de Desportos Motorizados em Castelo Branco;

Construção do Bar de Apoio da Praia Fluvial de Almaceda;

Requalificação do sistema de desumidificadores da Piscina de Castelo Branco;

Requalificação do piso desportivo do Pavilhão Municipal da Boa Esperança;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Obras de requalificação e conservação do Conservatório Regional de Castelo Branco;
Reconversão do edifício de habitação para instalação da Unidade Familiar de Saúde em Castelo Branco;

Construção do Edifício do Centro de Saúde em Alcains;

Requalificação e infraestruturização de arruamentos na Carapalha;

Reabilitação do edifício da ex-Guarda Fiscal;

Renovação e melhoria das infraestruturas e obras complementares no Bairro da Cruz do Montalvão;

Beneficiação da estrada de acesso aos Maxias,

Construção e ampliação da placa de estacionamento de aeronaves para resposta a incêndios rurais;

Reconversão da pista de patinagem do Centro de Cultura Contemporânea;

Beneficiação do Largo da Devesa para a fonte/espço envolvente;

Beneficiação e ampliação do cemitério dos Escalos de Cima e seus acessos;

E conservação e beneficiação do troço de ligação entre a Rotunda da Europa e a EN 233.

Caros Deputados Municipais, tudo isto não caiu do céu, foram necessárias decisões políticas, prioridades claras e trabalho. Não falo de milagres, falo de escolhas e o Executivo escolheu onde faz falta investir, ouvindo as freguesias, as associações e a comunidade.

Escolheu a Educação, a Cultura, as Freguesias e os apoios sociais. Há sempre muito por fazer, é certo e para fazer, principalmente, quando a degradação já tem anos, estradas por arranjar, equipamentos públicos degradados, freguesias esquecidas, tudo isto aconteceu perante a inércia de muitos que agora aparecem subitamente despertos a fazer críticas.

Caro Deputado Armando Ramalho, as cem casas em ruínas na zona histórica, não ficaram em ruínas em quatro anos. Se o mandato foi pouco para deitar mão do muito que foi herdado, dois mandatos consecutivos foi muito tempo para o fazer e muitas infraestruturas foram deixadas sem manutenção. Foram anos, ditos pelos próprios, de planos que nunca saíram do papel e de uma ausência de investimento nas necessidades reais das nossas populações, como a adjudicação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

do novo complexo funerário de São Marcos ou do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alameda, a renovação da rede de abastecimento de água e a repavimentação dos arruamentos na povoação do Barbaído, renovação da rede de abastecimento de água em Tinalhas, Escalos de Baixo, Lourical do Campo, Casal Águas de Verão, Pé da Serra e Sarzedas, manutenção das infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, construção do parque de estacionamento, anexo à rua da APPACDM, construção da casa mortuária e salas polivalentes em Escalos de Baixo, Centro de Apoio às Associações dos Lentiscas.

É certo que vivemos tempos em que muitos cidadãos desconfiam da política e não é, por acaso, basta olhar para certos candidatos que depois de anos a servirem um partido, de repente aparecem com um discurso reciclado e uma nova cor política, não por convicção, mas por conveniência.

Falo de quem troca de camisola como quem muda de lugar à mesa, sempre à procura do lugar, onde encontre o parceiro mais conveniente.

Falo desta coligação que não tem nada para oferecer aos cidadãos, a não ser puro interesse eleitoralista, terem desatado a discordar de si próprios, isto não é serviço de missão como se apresentam, é oportunismo.

Castelo Branco não precisa de políticos oportunistas, precisa de gente coerente com valores que esteja disposta a ganhar e a perder eleições, se for caso disso, mas nunca perder a sua dignidade.

A política deve ser um compromisso com as pessoas, com o território e com as ideias e não um jogo de vaidades ou de ambições. O chavão usado pela oposição era no início “não há obras”, face às evidências, o chavão passou a ser eleitoralismo. A dor é muita quando olham para a capacidade de fazer em tão pouco tempo, o parque de estacionamento entre a Avenida 1 de Maio e a Rua de Santiago, a ligação entre a Rua da Fonte Nova e a Estrada Municipal da Póvoa de Rio de Moinhos, a beneficiação e conservação do troço entre o nó da Zona Industrial e o nó do centro de acesso à A23, requalificação e ligação da Rua Luís de Camões à Travessa Mestre Joaquim Bernardino, em Alcains, a beneficiação do ex-Pavilhão Hormigo na Zona Industrial, a renovação de infraestruturas e repavimentação e requalificações na Mata, Tinalhas, Freixial do Campo, Benquerenças, Lardosa, Maxiais, Partida, Vale Coelheiro, Rochas de Baixo, Alameda,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Monforte da Beira, Retaxo, Salgueiro do Campo e Cebolais de Cima, construção da Casa Mortuária no Sobral do Campo, ampliação do Cemitério dos Maxiais, requalificação da Rua Vasco da Gama no Bairro do Lirião, em Castelo Branco, conservação e beneficiação do troço de ligação entre a Rotunda da Igreja da Graça e a Rotunda do Vale do Romeiro, Reabilitação de moradias em Castelo Branco, requalificação do património arbóreo da Avenida General Ramalho Eanes, reabilitação da sinalização horizontal em vias municipais, pavimentação da EN18 no troço compreendido entre o cruzamento de acesso à povoação de Maxiais e o local Vale da Cruz, requalificação da Escola Secundária N'Álvares para a cozinha pedagógica, manutenção e reparação das instalações eletromecânicas das Piscinas Municipais de Castelo Branco e Alcains, fornecimento e instalação de sinalização luminosa em passadeiras de peões e painéis de indicação de velocidade, reabilitação de sinalização em vias municipais, construção da sala técnica da Datacenter, reconversão das instalações na Escola Primária do Cansado para a Sede da Associação de Diabéticos da Beira Baixa.

Senhor Presidente, Caros Deputados Municipais, já vos macei muito com esta lista infindável, podia continuar, mas vou abreviar para não continuarmos nesta lista que nunca mais acaba.

Em apenas quatro anos de mandato, o Executivo provou que é possível fazer diferente. E fez, recuperou infraestruturas básicas que estavam degradadas há anos, requalificação escolas, serviços, criou apoios sociais concretos e com critérios, criaram-se condições para que as empresas que acrescentam valor se instalassem em Castelo Branco e devolveu pela primeira vez, de forma direta, rendimentos às pessoas. E sublinho, devolveu rendimentos às pessoas. É um dos princípios do Partido Socialista a redistribuição da riqueza.

Sabiam, meus Senhores e minhas Senhoras, que nestes quatro anos o Município apoiou e devolveu milhões de euros aos albicastrenses?

Sabiam ou fazem de conta que não sabem, que pela primeira vez foram 460.000 euros, nas creches, no apoio a refeições escolares de 730.000 euros, em medicamentos 400.000 euros e na devolução do IRS mais de 6 milhões de euros, que estão expressos nas declarações de IRS. Repito, 6 milhões euros devolvidos aos Municípes.

Concordam ou não, que estas opções políticas acrescentaram rendimentos às pessoas? Pois bem, sobre estas medidas, a oposição preferiu ignorar porque não veem, não as querem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

reconhecer ou não querem dizer que são objetivamente contra elas. A diferença entre quem promete e quem faz está à vista de todos.

Não precisamos de discursos enganadores, basta olhar para o que foi feito em apenas quatro anos e não deixamos de notar a ironia.

Muitos dos que hoje, apontam o dedo, estiveram sentados nas cadeiras do poder, mas, enquanto oposição, tornaram-se nos ativistas da amnésia. Não temos medo da crítica, desde que venha de quem tem moral para a fazer. Agora, vir exigir em quatro anos, aquilo que não souberam ou não quiseram fazer em oito, é no mínimo, desonesto.

Levantam-se todos os dias, vestem os seus melhores fatos e criticam. Só criticam amargos, sem nenhuma ideia, diria sempre contra tudo. Chega a ser desconcertante ouvir a oposição apresentar-se com tanta experiência e tanta visão.

Alguém sabe qual a grande visão para o Concelho? Qual a grande visão de futuro?

A estratégia de habitação não foi e não é certamente, o PS seguiu em frente com trabalho, com resultados e com o compromisso firme com quem mais precisa, porque, ao contrário de outros, não estamos aqui por conveniência, estamos aqui por convicção e o Partido Socialista apresenta-se neste final de mandato, sem opacidade, de cara levantada e de cara lavada.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PP) - Não podia só deixar de fazer um comentário.

É que a estratégia que há pouco procurei desmontar ficou agora clara. Quando fazemos muitos anúncios de obras, o objetivo é depois podermos vir aqui e ali elencá-las. Eu até desafiava a Senhora Deputada, Carla Massano a dizer, daquelas obras que enunciou, quais é que estão concretizadas? Quantas estão concretizadas e quando é que estão? Quais é que estão ainda em fase de projeto? Algumas já nem vão ser realizadas, que já foram retiradas do orçamento e, portanto, é importante que as pessoas não confundam e não se deixem levar nesta conversa fiada que é a conversa que estamos a fazer tudo, está tudo a ser concretizado. Não está, as obras foram anunciadas agora à última da hora, justamente para o Partido Socialista poder fazer este esforço de que está muita coisa a acontecer. Acho muito curioso que se fale em devolver rendimentos aos albicastrenses, quando o PSD defendeu a devolução do IRS durante anos e anos e o Partido Socialista sempre esteve contra, com o Senhor Presidente da Câmara à cabeça.

Agora lá foram forçados a devolver o IRS. Obrigado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Maria José Sobreira Rafael (Sempre-MI) – Hoje, venho fazer a minha intervenção com sentido de responsabilidade, mas também com alguma inquietação.

Inquietação essa, que vem das ruas, dos bairros e das famílias do nosso Concelho.

Inquietação que nasce de quem esperava mais, de quem acreditou.

O tema que trazemos aqui, diz respeito a uma promessa feita em 2021, sobre a qual, já fiz uma intervenção em dezembro de 2023, que diz respeito à habitação, que passados quase quatro anos de mandato, interessa fazer um balanço.

Um tema central e urgente, atrair 250 novas famílias e jovens para o Concelho, reabilitar 250 habitações, ou seja, criar um verdadeiro plano de habitação pública e social, aproveitando os fundos do PRR.

Hoje, em 2025, onde estamos, afinal? Vamos esmiuçar um pouco mais.

Estratégia Local de Habitação de Castelo Branco foi aprovada nesta Assembleia a 6 de novembro de 2023. A 16 de novembro, do mesmo ano, e no seguimento da referida à Assembleia Municipal, o Semanário “Reconquista” apresenta o título “A Câmara de Castelo Branco vai investir 46,5 milhões de euros na construção e requalificação de habitação no Concelho”, e no corpo do texto apresenta “será concretizada em articulação com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, doravante denominado IHRU”. E também se pode ler “A estratégia prevê a construção de 149 fogos”.

Para perceber melhor o assunto, fiz o trabalho de casa e consultei o portal de habitação e não encontrei nenhum protocolo de acordo de habitação.

Tivemos acesso ao Protocolo de Cooperação - Projetos de Habitação a Custos Acessíveis da Beira Baixa, datado de 22 de dezembro de 2023 e um valor de apenas cerca de 21 milhões de euros para o nosso Concelho, perdendo-se metade do investimento inicial.

Já se encontra assinado?

Numa altura em que o país atravessa uma crise habitacional sem precedentes, com rendas incomportáveis, jovens que não conseguem sair da casa dos pais, famílias que vivem em condições indignas, Castelo Branco continua parado, à margem, sem estratégia executada, sem Protocolo assinado e sem obra no terreno e a perder financiamentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O PRR trouxe fundos históricos para a habitação. Nunca houve tantos recursos disponíveis, mas também não houve muita ação por parte deste Executivo. As verbas existem, os programas estão disponíveis, mas o Município falha na sua concretização e a quem perguntamos por respostas, ouvimos sempre, “estamos a trabalhar nisso”, “não se pode fazer tudo em pouco tempo”, mas a verdade é que não há resultados. Mas o que temos? Uma estratégia de habitação aprovada, mas sem protocolo assinado com o IHRU, o que significa, na prática, zero investimento, zero reabilitação.

O Mapa do Portal da Habitação mostra que Castelo Branco é dos pouquíssimos Concelhos que não tem execução da estratégia local de habitação. Eu sei que temos consciência que já se iniciaram as obras de construção de um prédio na Carapalha. Está em andamento? É que a obra aparenta estar parada. E tudo isto tem consequências reais com o tempo a passar, mais casas sem condições, mais jovens a desistir de ficar, mais oportunidades perdidas e o que é pior, estamos a desperdiçar apoios europeus.

Governar não é promessas. Governar é concretizar. A habitação não pode esperar, porque as promessas têm prazo e porque os albicastrenses merecem. Muito obrigada.

José Dias dos Santos Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) - Na prática autárquica, estamos todos, quem governa e quem é oposição, estão a ser escrutinados desde o primeiro dia.

Para além, do que falamos, somos principalmente o que fazemos, sem nepotismos, sem compadrios, interesses pessoais ou corporativos. Seremos, espero e desejo, julgados por isso. Essa é a razão porque não partilho da vontade de quem publicamente insiste em revestir de sombras, sempre os seus lugares, que também são os nossos, para apagar assim tudo o que nos deve levar a habitá-los, a pertencer-lhes, a percorrê-los, a conhecê-los e a defendê-los, aos lugares as suas particularidades e às pessoas os seus nomes e os seus anseios, com a noção dos tempos que são necessários porque na gestão comunitária, nada é automático ou instantâneo para conhecer a comunidade, as suas riquezas, as suas necessidades, interpretar e fundamentar as ações necessárias e depois, obrigatoriamente agir.

Nestes dias em que o escrutínio das palavras corre o risco de ser falacioso, mas o escrutínio da ação e, esse sim, comprovativo dos verdadeiros compromissos, soam ribombantes, as competências do eco que repetem por palavras mastigadas as ideias de outros, como hoje aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

assistimos. E a nossa comunidade com isso, como complementos palpáveis e úteis, o que tem ganho? Nada. Apenas pensamentos encaracolados que procuram refrigério no umbigo dos que realizam ao sentar-se ao colo de quem lhes deu palco, apenas como atores, para não dizer marionetas.

Nestes dias sobressai a esterilidade de um querer estar aparentemente cheio de quem está evidentemente vazio.

Estás a estudar o que não foi estudado antes de ti? Já chegaste tarde? Estás a projetar o que não ficou projetado nem apontado para ser projetado? Já o devias ter feito. Estás a concretizar o que projeta a partir do que tiveste de estudar? Já o devias ter concluído. Estás a investir no futuro? Cuida em não ser esbanjador. E alternativas concretas, sustentadas, estudadas e fundamentadas para todas estas perguntas, para além do derrotismo que alimenta o ego da maledicência, nada.

Na prática autárquica estamos todos a ser escrutinados desde o primeiro dia. Para além do que falamos, somos principalmente o que fazemos, sem nepotismos, sem compadrios, interesses pessoais ou corporativos, sem fantasmas do passado ou adamastores do presente.

Haja elevação no debate e no contraditório. Seremos espero e desejo, julgados por isso.

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras) -

Hoje, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, não posso deixar de expressar nesta Assembleia Municipal a minha preocupação e a minha indignação a poucos meses do final do mandato. É lamentável termos de constatar que a nossa freguesia continua esquecida e o que está em causa não são apenas obras ou investimentos. O que está em causa é o respeito institucional, a dignidade da nossa população e a forma como os recursos são distribuídos pelo Concelho.

Santo André das Tojeiras é uma freguesia como tantas outras, merece ser tratada com equidade, merece investimentos, merece respostas. Mas o que temos visto? Uma ausência total de atenção por parte da Câmara Municipal.

Temos assistido à distribuição de carrinhas a Juntas de Freguesia e a Associações, nada temos contra, continuamos à espera da carrinha solicitada há bastante tempo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Continuamos à espera da abertura da destilaria, um projeto concelhio que poderá contribuir para o desenvolvimento económico.

Continuamos à espera do pagamento das obras do multibanco.

Continuamos à espera do trator e do bio triturador para prevenção florestal.

Continuamos à espera da reparação de arruamentos como, por exemplo, da requalificação das estradas municipais esburacadas, da reposição dos telhados nos abrigos de passageiros que foram retirados pela Câmara Municipal no início do mandato, das placas de sinalização da zona de caça municipal destruídas pelo incêndio.

Continuamos à espera do apoio às obras nas coletividades e à cultura.

Na Freguesia de Santo André das Tojeiras, os concertos de música tradicional foram organizados sem qualquer apoio financeiro por parte da Câmara Municipal.

Neste mandato, a Câmara Municipal não financiou nenhum concerto de música tradicional como o fez em outras freguesias.

Caras e caros Membros da Assembleia Municipal, esta discriminação não deve acontecer. É triste que as necessidades da nossa população fiquem por satisfazer, porque a Câmara Municipal olha para a cor política, em vez de olhar para as pessoas.

A falta de respostas, infelizmente, não atinge apenas Santo André das Tojeiras, outras Freguesias lideradas pelo Sempre-Movimento Independente, várias instituições e muitos particulares referem o mesmo silêncio por parte desta Câmara Municipal.

António Manuel Falcão Antunes (Presidente da União de Freguesias de Escalos de Cima e Mata) - Eu venho aqui, tinha muito para falar, mas o tempo é escasso e, portanto, vou tentar ser o mais rápido possível.

Venho falar aqui do Festival dos Foles, um festival de música que se realizou na Mata, do qual, a música incluiu tudo o que é cultura, desde vários temas de música, a exposição de quadros de um pintor que até é da minha da minha terra, e também o lançamento de um livro. Muito me entristece quando nas redes sociais, alguém que esteve no poder, na Câmara Municipal, que foi Presidente de Câmara, veio de uma maneira, que muito me entristece, criticar ou não concordar com o Festival da Mata e com o que se gastou naquele Festival. Disse ainda,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que tivemos um grupo musical que não se enquadrava e que foi gasto muito dinheiro. Quando as pessoas não sabem, não custa nada, têm o meu número telefone, podem telefonar e dou-lhes todos os dados e o valor que se gastou exatamente naquele grupo. Não tenho nada a esconder, mas uma coisa é certa, fizemos uma gestão diferente, tentamos não gastar dinheiro em tendas porque achamos que não fazia sentido e canalizamos exatamente esse dinheiro para outras coisas. Foi assim que fizemos e, portanto, gestão é comigo, não sou economista, não tenho um curso superior, mas sei fazer contas, tenho uma empresa que governo e nunca precisei de recorrer a subsídios para nada.

Há duas coisas que me entristece, o fecho da Escola da Mata e do Centro de Dia, no tempo do Senhor que, hoje, é o Vereador Luís Correia. A escola fechou porque não quiseram investir o que deviam ter investido, não quiseram ajudar e o Centro de Dia fechou porque não quiseram investir financeiramente para ajudar.

Para já fico por aqui porque não tenho mais tempo.

Presidente da Câmara Municipal - Procurarei ser sintético Senhor Presidente, de modo a que cumpra o tempo que está atribuído à Câmara Municipal, como o Senhor Presidente acabou de dizer, com a possibilidade de me estender um pouco mais, se for necessário, para responder às questões que aqui foram trazidas.

Começo pelo Professor Ernesto Candeias Martins e das questões que aqui colocou e que agradeço. Felicitou a organização dos Sabores de Perdição, agradeço esta felicitação. De facto, os Sabores de Perdição afirmaram-se como um grande evento de promoção do Concelho e do território de Castelo Branco, também dos seus agentes económicos que estiveram presentes em grande número, nos diferentes espaços direccionados para o mesmo que se concretizou depois na presença de inúmeras pessoas, aliás, muitos milhares de pessoas que durante este período de tempo cá estiveram. Felicitou também a Câmara Municipal pela fonte dinâmica que construímos no centro cívico. Não fez nenhuma referência ao parque infantil, mas devo dizer que esta intervenção no centro cívico é uma intervenção que se complementa, em primeiro lugar com a fonte e depois, em segundo lugar, também com o parque infantil e mais alguns arranjos no exterior do centro cívico da cidade de Castelo Branco.

A intervenção no parque de estacionamento que o Senhor Deputado Ernesto Candeias Martins, liga à Fonte Dinâmica, peço a sua compreensão, mas uma coisa não tem nada a ver com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

a outra. A intervenção da fonte dinâmica, é uma intervenção que teve, como objetivo, a requalificação do Centro Cívico, torná-lo mais atrativo e, ao mesmo tempo, torná-lo mais convidativo. E temos, como disse e muito bem, que resolver a situação das infiltrações no parque de estacionamento. Eu já o aqui disse, posso explicá-lo, novamente, que desde o início do mandato que procurámos encontrar uma solução para este problema no parque de estacionamento. Na altura, quando pedimos ao Senhor Arquiteto Carlos Figueiredo e também ao Senhor Arquiteto Mateo para que estudassem uma forma de intervir no centro cívico da cidade porque achávamos, como tínhamos tido a queda do teto do CCCC, em setembro de 2021, era necessário encontrar uma solução e falámos também, como não podia deixar de ser, sobre a necessidade de fazer uma intervenção no parque de estacionamento.

As soluções apresentadas, não foram validadas pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal e uma das soluções apresentada, seria a injeção de resinas por baixo do parque de estacionamento, de modo, a evitar que a água viesse cair no parque. Os Serviços Técnicos da Câmara Municipal entenderam que a injeção dessas resinas, para além de tecnicamente difícil, seria também apenas uma forma de levar a que a água fosse ao encontro de um outro caminho. Foram avaliadas outras propostas e a última proposta apresentada pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, que parece a mais adequada para resolver esta situação, é a colocação de um teto falso aliás, como já foi feito no parque de estacionamento atrás da Câmara Municipal e que pode ser observado por todos que o utilizam. Acontece que lançámos concurso e ficou deserto. Penso que os Serviços Técnicos da Câmara Municipal estarão a preparar um novo procedimento concursal, de modo, a que se possa encontrar ou chegar a esta situação.

Relativamente ao Plano de Emergência para esta onda de calor, obviamente, estamos atentos a essa situação e se for necessário ativar o Plano de Emergência, fá-lo-emos.

Depois refere-se às Unidades de Saúde, nomeadamente, ao Centro de Saúde de Alcains e também à Unidade de Saúde Familiar, na Avenida Nuno Álvares.

Nós podemos ou não acreditar naquilo que fazemos e podemos ou não acreditar naquilo que dizemos. Eu considero difícil acreditarmos naquilo que dizemos, quando dizemos que é possível fazer obras desta dimensão em três ou quatro anos. Aliás, alguns dos que fazem este tipo de afirmações, deviam ser os primeiros a refletir sobre aquilo que dizem para não entrarem em descrédito, relativamente, às afirmações que proferem, porque já tiveram funções executivas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

já tiveram que lançar concursos para a execução de projetos, já tiveram que esperar pela execução dos projetos, já tiveram que esperar pelos vistos do Tribunal de Contas, já lançaram obras para concurso, esperar pelo início das obras e tiveram que esperar pela execução das obras. Aliás, neste mandato da Câmara Municipal, concluímos duas ou três obras do mandato, anterior. Eu ainda não fiz esse exercício, mas posso fazê-lo e um destes dias, trazer-vos aqui a linha do tempo de quanto demorou, desde a decisão política de fazer, até a conclusão da obra.

E, repito, alguns dizem aquilo que não sentem, há outros que dizem de forma, se calhar, às vezes, um pouquinho ligeira, aquilo em que não acreditam.

Estas duas Unidades de Saúde Familiar são duas que respondem às necessidades dos albicastrenses, em primeiro lugar, de Alcains e das freguesias próximas de Alcains, é um Centro de Saúde que vêm responder às necessidades da população

Eu recordo, aliás, que aquilo que o Executivo anterior, nos últimos dias de mandato, já agora, decidiu a atribuição de cerca de 250.000 euros para fazer a reabilitação do Centro de Saúde de Alcains. Duas más decisões. Uma decisão no final do mandato e a decisão de atribuir 250.000 euros para fazer a reabilitação de um edifício que, claramente, hoje, não serve Alcains, não serve os Alcainenses e não serve a dignidade do exercício da medicina e também dos cuidados de saúde de enfermagem.

A Câmara Municipal optou por fazer um edifício de raiz, que leva tempo, obviamente, mas que vai dar resposta a Alcains e àqueles que vivem em Alcains.

Relativamente, à Unidade de Saúde Familiar, na Avenida N' Álvares, posso-lhe dizer, Senhor Deputado Ernesto Candeias Martins, que não é por falta de decisão política que a obra, hoje, ainda não está concluída. A decisão política foi tomada atempadamente e foi tomada no momento que nos permitia estar muito mais à frente, provavelmente, ao mesmo nível daquilo que se encontra, hoje, o Centro de Saúde de Alcains. Infelizmente, a decisão política não foi suficiente para concretizar o objetivo que nos propomos num tempo mais breve do que aquele que desejávamos, faz parte também daquilo que são as dinâmicas dos projetos, da sua concretização e da sua realização. Poderia aqui especificar e explicar bem o que foi o projeto e a aprovação do projeto da Unidade de Saúde Familiar de Castelo Branco, não o quero fazer e não o faço publicamente, um dia quem sabe, poderei explicar este assunto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Relativamente, à Segurança no Concelho e ao estado da videovigilância, também, aqui, como em outras áreas de intervenção, estamos naturalmente, a fazer aquilo que devemos fazer. Decidimos, politicamente, que Castelo Branco deve ter um sistema de videovigilância. Decidimos em articulação com a Polícia de Segurança Pública, com o seu Comandante, no sentido de encontrarmos resposta para um problema de segurança que, felizmente, em Castelo Branco não se verifica porque todos os dados que temos e reuniões que temos com as autoridades nos mostram que os níveis de criminalidade, em Castelo Branco, são muito abaixo daquilo que são os níveis de criminalidade em outras cidades e regiões do país. Ainda assim, queremos ser previdentes, queremos estar à frente no tempo e é por essa mesma razão que levamos por diante, em primeiro lugar, a identificação dos locais, onde potencialmente podemos colocar câmaras de videovigilância. Não foi a Câmara Municipal que o fez, foi a Polícia de Segurança Pública. Foi feita essa identificação, foi feito esse trabalho e lançámos o projeto para a sua elaboração e, tanto quanto me informaram, o projeto está praticamente concluído para que possa ser aprovado e ser levado a concurso.

O Senhor Deputado Ernesto Candeias Martins, fala sobre o faseamento ou não. Será uma avaliação que teremos de fazer no futuro, de acordo, com aquilo que for depois o valor da obra e aquilo que será também esta programação da intervenção, temos conversado com o Senhor Comandante da Polícia de Segurança Pública, o Senhor Comandante da Guarda Nacional Republicana, sobre a importância desse sistema e sobre o seu contributo para os albicastrenses.

Senhora Deputada, Conceição Pereira, sinceramente, não sei do que está a falar. Não especificou e, portanto, não tenho forma de lhe dar resposta. Aquilo que sei é que a Câmara Municipal apresentou quatro Mapas de Pessoal e aquilo que sei, é que em cada uma dessas situações o CHEGA votou contra porque estávamos a gastar de mais. Aquilo que acontece, Senhora Deputada Conceição Pereira é que para contratarmos mais pessoas, temos que ter lugares no quadro para que essas pessoas possam integrar os quadros da Câmara Municipal. Agora há uma coisa que lhe digo, as pessoas que assinaram contratos de trabalho com a Câmara Municipal recebem, naturalmente, como não podia deixar de ser, de acordo com a lei e os direitos dos trabalhadores em funções públicas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Deputado, Miguel Barroso, mostra um enorme entusiasmo na apresentação. Falou efetivamente, de um conjunto de propostas que apresentámos, mas não fala em nenhuma circunstância daquelas que concretizámos.

Posso-lhe dizer, Senhor Deputado, que concretizámos muito mais, do que aquilo que não concretizámos e posso-lhe dizer também que muito daquilo que não concretizámos, não se deve inteiramente à ação deste Executivo, deve-se a um conjunto de circunstâncias que não nos permite ir mais além. E dou-lhe dois ou três exemplos:

Estratégia Local de Habitação, estávamos convictos que a Câmara Municipal a exemplo de outros Municípios, teria em execução um Projeto de Estratégia Local de Habitação. Já o aqui disse, mas parece que se esqueceram, esta Estratégia Local da Habitação não tinha sequer sido começada, tinha sido contratada uma empresa, uma consultora para elaborar a Estratégia Local da Habitação, mas, enquanto outros fizeram as suas Estratégias Locais de Habitação e as aprovaram antes de 2021, na Câmara Municipal de Castelo Branco, não tinha sido dado qualquer passo.

Foi este Executivo que fez a Estratégia Local de Habitação, foi este Executivo que aprovou a Estratégia Local da Habitação e foi este Executivo também que a apresentou ao IHRU para que possa ser financiada.

Relativamente à habitação a preços acessíveis, mais uma vez, um vazio. Zero projetos para habitação de preços a rendas acessíveis. Tivemos que identificar terrenos, lançar projetos para concurso e elaboração de projetos, tivemos que avaliar esses projetos e validá-los com o IHRU. Estamos neste momento a executar um prédio na Carapalha e prontos para lançar a concurso mais 140 fogos que estão apenas a aguardar financiamento por parte do IHRU.

O financiamento do IHRU e ausência de contratos, não é obviamente por responsabilidade da Câmara Municipal. Sinalizamos aquilo que são os nossos projetos, estão todos no IHRU e estão a aguardar que essa entidade tenha disponibilidade financeira para que possamos assinar esses mesmos contratos.

A última vez que falei com o Senhor Presidente do IHRU, foi-me comunicado que estariam à espera de um empréstimo do BEI para poderem assinar aquilo que são os contratos com o Município de Castelo Branco e com tantos outros Municípios do nosso país.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Câmara Municipal fez o seu caminho, e será um caminho longo, acredito, mas temos foco, temos determinação e estamos a dar resposta àquilo que são as necessidades de Castelo Branco, também no que diz respeito à habitação.

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente só para informar que já passaram os 15 minutos, mas pode continuar.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Senhor Presidente quero recorrer.

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Deputado quer recorrer como se está no Regimento.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – (Não foi possível transcrever porque falou da bancada)

Presidente da Assembleia Municipal – O Senhor pode recorrer para o plenário de uma decisão que o Presidente e Mesa possa tomar. Só lhe quero dizer que isto está presente no Regimento. Então recorra, mas não se esqueça de uma coisa, o Senhor com essa atitude, está a querer impedir que o Senhor Presidente da Câmara responda aos Senhores Deputados.

O Senhor fez um ponto de ordem à Mesa, uma reclamação, está no seu direito e está no Regimento, vou colocar à consideração da Assembleia a sua questão.

Portanto, Senhores Deputados, perante a questão que o Senhor Deputado João Ribeiro coloca, no sentido, de impedir que o Senhor Presidente da Câmara possa continuar, o Presidente da Assembleia, de acordo com o nº. 7 do artigo 41º. do Regimento, diz que “o Presidente da Assembleia Municipal pode dar o tempo ao Presidente da Câmara sempre que considerar que o número de intervenções ou a complexidade do assunto, justifique o alargamento do período de intervenção”, vou colocar à votação da Assembleia Municipal.

António Augusto Cabral Marques Fernandes (Sempre-MI) - (Não foi possível transcrever porque interveio da bancada)

Posto à votação, a Assembleia Municipal, deliberou, com 2 votos contra do CHEGA e os restantes votos a favor. O Senhor Presidente pode continuar a sua intervenção.

Presidente da Câmara Municipal - Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou responder ao Senhor Deputado Miguel Barroso, acerca do Tribunal Central Administrativo. Recordo-lhe que a decisão de trazer o Tribunal Central Administrativo resulta de uma ação do Município de Castelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Branco, junto do Ministério da Justiça, daí resultou a decisão de instalar em Castelo Branco e não em outra qualquer localidade. Fizemos mais uma vez, Senhor Deputado, aquilo que nos competia, identificámos um edifício, contratámos projetistas e fizemos o projeto. No início do mandato do anterior Governo, pedimos uma reunião à Senhora Ministra da Justiça, mas infelizmente, essa reunião foi marcada e foi sendo adiada, sendo que já depois de demitido o Governo ou de terem sido marcadas eleições, a Senhora Ministra da Justiça acedeu reunir com o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco e devo informá-lo que estava presente a Senhora Ministra e estavam presentes as duas Secretárias de Estado, na altura, e aquilo que apresentei foi “Há uma decisão do Governo e da Assembleia da República que prevê a instalação do Tribunal Central Administrativo em Castelo Branco e trago-lhe aqui o projeto do Tribunal Central Administrativo de Castelo Branco para que a Senhora Ministra e os seus serviços o possam apreciar” e, portanto, gostava de saber qual é a posição da Senhora Ministra, relativamente, à instalação do Tribunal Central Administrativo, em Castelo Branco. A Senhora Ministra não me deu resposta, ou seja, não deu a resposta que esperava ouvir de um governante que deve respeitar aquilo que são as decisões de governos e que deve respeitar aquilo que são as decisões da Assembleia da República. Deixei-lhe o projeto para que os serviços pudessem avaliá-lo e continuamos à espera dessa mesma avaliação.

Depois fala também sobre apresentar contas. Eu não estou nervoso, nem nunca estive nervoso, relativamente, àquilo que é a ação política do Partido Socialista neste Executivo Municipal, nem com a ação política do Presidente da Câmara Municipal durante este mandato. Estou de consciência totalmente tranquila. Trabalhamos todos os dias, muitas horas para os albicastrenses, de boa fé, com transparência e apenas com o objetivo de servir Castelo Branco e servir os albicastrenses. E, repito, trabalhamos com transparência e trabalhamos apenas com o objetivo de servir os albicastrenses e servir Castelo Branco. Deixe-me dizer-lhe, Senhor Deputado que resulta de uma enorme tranquilidade de quem dorme todos os dias descansado porque estou convicto que estou a fazer o melhor pelos nossos concidadãos.

Relativamente, ao nervosismo que o Senhor aqui apresenta. Nervosismo, vejo eu, da sua parte. Então o Senhor fica incomodado pelo facto, do Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco fazer publicações nas redes sociais? O senhor fica incomodado pelo facto, do Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco dar a conhecer aos seus concidadãos o trabalho que está a realizar? O Senhor vai ao encontro daquilo que há pouco e que é referido pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Deputado do CHEGA, de calar o Presidente da Câmara Municipal, de não deixar o Presidente da Câmara Municipal apresentar o trabalho que está a realizar.

O Senhor acha que os albicastrenses não querem saber aquilo que estamos a fazer? Não é positivo para os albicastrenses saberem aquilo que estão aqui a fazer? E já agora, Senhor Deputado, o Senhor diz que precisamos de uma nova governação, pergunto, qual é o candidato? É o que o senhor veio aqui há uns tempos atrás apresentar ou é outro qualquer? É que também era interessante saber de que forma é que isso se vai concretizar.

Senhora Deputada, Ana Lourenço, procuro em cada uma das minhas intervenções pautar-me pelo respeito, devendo também ser respeitado. De facto, algumas das intervenções que aqui trouxe não são muito consistentes e a Senhora deu aqui o exemplo, as obras e os tapumes das obras. A senhora apresentou aqui os tapumes das obras, como se isso tivesse como objetivo a promoção das obras. Foi aquilo que lhe respondi, nomeadamente, no que diz respeito à intervenção do Mercado Municipal, é que foi necessário colocar andaimes para realizar a obra, no qual, não tive qualquer intervenção. Não sou eu que defino isso, tecnicamente, como sabe, que quando se colocam os andaimes para realizar as obras, teremos de colocar tapumes para proteger os cidadãos.

Falou também sobre a Residência de Estudantes da Fundação Calouste Gulbenkian. Posso-lhe dizer, Senhora Deputada, que há muitos meses, solicitámos à Senhora Delegada Regional de Educação do Centro que retirasse da ex-Residência da Fundação Calouste Gulbenkian o arquivo da antiga Delegação Escolar. Só depois de retirarmos esses arquivos, que são centenas ou milhares de volumes de documentos é que podemos avançar com o projeto da requalificação. Infelizmente, e não estou aqui a atribuir nenhuma culpa à Senhora Delegada Regional, nem aos seus serviços, até ao momento não foi possível fazê-lo, ou então faríamos outra coisa, pegávamos naqueles documentos, metíamos-os num camião, íamos despeja-los a um sítio qualquer, não me parece que essa fosse uma atitude adequada, até porque se trata da história da Educação em Castelo Branco, ou pelo menos, parte da história da Educação que é importante preservar.

Gabinete Técnico da Zona Histórica, pode passar pelos antigos CTT, e se quiser, pode conversar com os Técnicos do Gabinete da Zona Histórica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcains, fala-nos também aqui sobre a Feira de Alcains. E queria fazer a ligação àquilo que o Senhor Deputado João Ribeiro do CHEGA, disse. O Senhor a seguir faz logo uma intervenção a dizer que se gastou muito em festas e acusa-me de estar aqui a fazer campanha, mas o Senhor não perde uma festa e bem, porque é convidado e temos muito gosto em o ter lá. Acredito que o Senhor esteja presente, como muitos dos que aqui estão, estiveram presentes porque entendem que aquelas atividades são relevantes para o Concelho e para as pessoas.

Esta atividade do Portugal Cheese Festival que lançámos em Alcains e que hoje, também afirma a Freguesia de Alcains, é uma atividade digna que projeta Alcains, o queijo de Alcains e que dá dimensão e também atenção à Vila de Alcains.

O Senhor Armando Ramalho, repete aquilo que já disse várias vezes, e que também já respondi sobre a habitação. Já respondi sobre o Centro Histórico e sobre o estado de abandono da Zona Histórica. O Senhor Deputado não tem mais vontade de ter a Zona Histórica recuperada do que nós. A diferença entre o Senhor e nós, é que nós estamos a fazer e outros antes de nós, não tiveram nenhuma ação no sentido de o concretizar.

A Senhora Deputada, Maria José Rafael, fala sobre inquietação e sobre habitação, também já respondi e sobre a Estratégia Local de Habitação, os condicionantes que estão associadas ao mesmo, já lhe disse que temos 140 fogos, no que diz respeito a habitação a rendas acessíveis para serem lançadas a concurso para obras.

O Senhor Deputado, José Pires, faz uma intervenção que se reflete sobre a cidadania e o exercício da política associado mais uma vez, à capacidade de realizar ou a não, e concordo inteiramente com a intervenção que fez.

O Senhor Deputado Luís Andrade, fala sobre equidade e investimento e não posso estar mais de acordo consigo. De facto, temos que ter atenção às nossas freguesias, àqueles que lá vivem e aos investimentos que estamos a concretizar nas mesmas.

Relativamente, à destilaria, foi pena que quando exerceu funções de Assessoria ao Executivo Municipal, não tivesse acautelado o início do funcionamento da Destilaria, que não tivesse desenvolvido os procedimentos necessários para que isso se viesse a concretizar. Relativamente, por exemplo, ao trator, estive a ver as promessas que o Senhor fez aos habitantes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

da Freguesia de Santo André das Tojeiras. De facto, o trator já consta há muito tempo dessas promessas e não foi de certeza absoluta uma promessa do Partido Socialista. Eu até pensei que o Senhor quisesse um trator novo, ou seja, substituir aquele que compraram, anteriormente, por um novo mais eficiente. Constatei depois que afinal nunca houve nenhum trator e que não passou apenas de uma proposta em período eleitoral.

Senhor Presidente da União de Freguesias de Escalos Baixo e Mata, fala sobre o Festival dos Foles, foi um evento que mais uma vez dignificou os habitantes da sua Freguesia e tenho a certeza que sabem reconhecer aquilo que foi feito. Muito obrigado.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30/06/2025

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira:** têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.
- c) **Situação financeira em 18/06/2025:**
 - i) **Saldo de Operações Orçamentais** - €37 819 130,11
 - ii) **Saldo de Operações Não Orçamentais** - €2 224,40
 - iii) **Valor em dívida em 20/06/2025** - €1 163 222,11
 - iv) **Outros:**
 - **CMCB** – Ver anexo I.
 - **SMCB** – Ver anexo II.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- d) **Reclamações:** Nada a assinalar.
- e) **Recursos hierárquicos** – Nada a assinalar.
- f) **Processos judiciais em curso/ fase processual atual** – Ver anexo III. (Doc. 1)

Presidente da Câmara Municipal – Ontem tivemos um período crítico que teve a ver com as trovoadas secas e com um conjunto de ignições em diversos locais do Concelho. Houve uma ignição na Torre que foi rapidamente resolvida e houve uma mais complicada, na zona entre o Padrão e Almaceda, foi a que mobilizou mais meios, aquela que mostrou mais riscos e onde, devo dizê-lo, de uma forma muito empenhada, houve uma atuação rápida e eficaz.

Queria aproveitar esta ocasião para deixar aqui uma nota aos Serviços Municipais de Proteção Civil e a todos aqueles que estiveram envolvidos, porque o incêndio ainda não está totalmente extinto. Estiveram envolvidos, bombeiros mobilizados, cerca de 178 pessoas, também meios, entre viaturas e outros, foram mais de 50. Foi uma atuação muito rápida e muito ativa por parte, dos meios aéreos e depois a presença também do ICNF, da GNR e dos Sapadores Florestais. Este incêndio teve dificuldades acrescidas porque teve origem numa zona muito íngreme do território e as máquinas de rastos contratadas pela Câmara Municipal que estão disponíveis em permanência, foram também mobilizadas para o local. Há também do ICNF, uma máquina de rastos e, portanto, tentou-se combater este flagelo que tantas vezes nos assiste.

O incêndio da Torre é algo que me preocupa, já várias vezes sinalizei este aspeto. Voltamos, novamente, a ter um incêndio no mesmo local, do ano passado, não sabemos, obviamente, quais são as origens do mesmo, mas é algo que nos deve fazer refletir e é algo que nos deve fazer ponderar.

Para além disso, houve também um foco de incêndio, se não estou em erro nos Escalos, na Póvoa de Rio de Moinhos e também um foco de incêndio na Valnor, que felizmente, se resolveram de uma forma mais rápida do que aquelas que temos ainda na Freguesia de Almaceda.

Depois queria deixar aqui duas ou três notas sobre obras.

A obra que decidimos fazer na Rua de Santiago, sabemos e temos plena consciência disso, que intervir num espaço urbano é sempre difícil, ainda mais difícil quando estamos a intervir em ruas com trânsito e também com atividade comercial, como é o caso da Rua de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Santiago. Ainda assim, tivemos coragem e determinação para fazer o projeto e fazer uma intervenção que desde o início, sabíamos que ia ser complicada. Acautelamos aquilo que é o normal funcionamento da vida na cidade e, neste caso, concreto, na Rua de Santiago. E foi por essa razão que, antes de iniciarmos as obras, reunimos com os moradores e também com os empresários que têm atividade na Rua de Santiago, que lhes explicamos em pormenor, conjuntamente com o empreiteiro e com o projetista, como se iria processar esta intervenção e também os sacrifícios que tínhamos que pedir a cada um deles. A obra iniciou-se e decorreu num ano, particularmente, difícil pela pluviosidade, difícil pelos contratempos que o inverno com mais chuva do que a normal, acarretou e também depois fomos confrontados com o facto de o subsolo ser bastante mais difícil de trabalhar do que aquilo que seria expectável.

Estamos na fase final de conclusão dessa obra e tenho que deixar aqui duas ou três referências.

Em primeiro lugar, uma referência aos moradores e também aos empresários daquela rua pela paciência e colaboração que tiveram durante o desenvolvimento, da mesma, aos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, que são a entidade responsável por esta mesma execução e também, naturalmente, ao empreiteiro que durante todo o tempo em que a obra se realizou, ou praticamente, durante todo o tempo, permitiu condições para a circulação na Rua de Santiago. Estamos a concluir esta importante intervenção que, como já mais do que uma vez aqui foi dito, não se trata apenas de substituir passeios e alcatrão por passeios. É muito mais do que isso, porque contempla a renovação da rede de saneamento, da rede de águas pluviais e também da rede de abastecimento de água, assim como telecomunicações e eletricidade. Ao mesmo tempo, estamos a desenvolver um projeto na Rua dos Bombeiros Voluntários e na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, também duas obras, que estão numa fase final de intervenção. Neste momento, tal como, aconteceu na Rua de Santiago, também nestas, enquanto as obras decorriam, foi permitida a circulação de pessoas e a circulação automóvel, principalmente, a direcionada para as pessoas que ali trabalham ou para as pessoas que ali habitam.

Maria Cristina Vicente Granada (PS) - Senhor Presidente, de facto, a estratégia municipal existe ou não existe? No nosso entender, sim, mas queremos que o Senhor Presidente nos traga aqui, mais algum desenvolvimento sobre o evento, sobre o qual perguntamos, se se inscreve na estratégia dinâmica municipal do território.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O evento Feira dos Sabores de Perdição que decorreu entre os dias de 19 a 22 de junho, quatro dias que juntaram em Castelo Branco o melhor da música, da animação de rua, da gastronomia local e de vanguarda, o melhor dos produtos endógenos, gastronómicos, artesanato artísticos locais, a valorização dos espaços com tasquinhas, bares, restaurantes de rua, espaço infantil com dinâmica variada para os mais novos, espaço de demonstração de ofícios, profissões tradicionais da região, espaço de destaque para o ex-líbris de Castelo Branco, propalado dentro de muros, para fora de muros à escala internacional, o Bordado Castelo Branco,

Nos dias 21, 22 e 23, Gastronomia com Chefs porque tudo isto concorre ou não concorre para a instalação da escola de Chefs? Concorre ou não concorre para a divulgação da imagem e da qualidade de Castelo Branco?

Senhor Presidente, perguntamos, para além, do “bota a baixíssimo” ao qual, não nos juntamos, evidentemente, perguntamos se a estratégia local, a dinâmica local, sociocultural, de eventos lúdicos, não é também a dinâmica económica? Não é também dinâmica do bem-estar? E se nos anos transatos, se calculou que estes eventos, podiam deslocar à cidade por volta de 250.000 visitantes? Gazeta Rural do ano precedente, repito este ano, com presença de rádios nacionais, rádios locais, divulgação TV à escala local e nacional, órgãos de comunicação, pessoas a trazer no bolso o seu telemóvel e a mandar para os amigos, as suas selfies, as suas anotações.

Dinâmica local, Senhor Presidente, inscreve-se a Feira dos Sabores de Perdição na dinâmica local? Nós acreditamos que sim. Queremos saber qual é o fundamento do Município?

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) - Teve lugar no fim de semana, de 16 a 18 de maio, no Aeródromo Municipal de Castelo Branco, com um programa bastante diverso e ambicioso, o Beiras Airshow 2025. Tratou-se de um conjunto de atividades integradas, desde treinos de voo, a espetáculos com acrobacias e experiências de voo, paraquedismo e simuladores. Combinado com a tradição e inovação, este Beiras Airshow proporcionou assim uma experiência e um espetáculo inesquecível para as famílias, para os entusiastas e profissionais do setor. Os visitantes tiveram também a oportunidade de explorar diversos stands com empresas do setor aeronáutico, descobrindo assim, as últimas tecnologias e da indústria aeronáutica, de participar em short talks e proporcionando ainda debates valiosos sobre o futuro da avaliação da aviação, a sustentabilidade e as oportunidades na Aeronáutica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O evento contou ainda com a presença do Exército de Portugal e com a Força Aérea Portuguesa, grandes parceiros deste Beiras Airshow.

O Aeródromo Municipal foi ainda palco do evento Castelo Branco Moda 2025.

Uma sessão de cinema ao ar livre com o filme Top Gun Maverick e ainda a celebração de uma missa em honra de Nossa Senhora do Loreto, Padroeira Universal da Aviação.

Contou ainda com a apresentação de diversas outras iniciativas enquadradas neste Beiras Airshow. Foi assim mais uma iniciativa que permitiu conciliar quer o turismo, quer o desenvolvimento, quer a aposta notória deste Município na economia e na fixação de novas empresas e de novos, esperamos nós, munícipes e também a conclusão da placa de estacionamento do Aeródromo Municipal, aumentada em 11.000 metros quadrados e destacar porque permite uma maior capacidade para o estacionamento de aeronaves neste aeródromo. Refira-se ainda que esta nova placa, surgiu como um pré-posicionamento de meios aéreos e terrestres para o mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, com vista a integrar a frota de reserva dos meios aéreos, o chamado Rescuers, uma vez que estes espaços possuem condições e infraestruturas que nos permitem apoiar o território nacional, o território espanhol e todos os países do Mediterrâneo de uma forma integrada.

É de destacar porque é mais uma obra que permite desenvolver as nossas capacidades no sector da Aeronáutica e permite também colocar Castelo Branco no mapa das infraestruturas ligadas à Aeronáutica, que permitem servir toda a Europa, nomeadamente, o Mediterrâneo, e fazermos parte dessa rede de apoio europeu. Posto isto, e antes de mais, desejo a todos umas boas férias, porque estão a aproximar-se as férias, é sempre com muito gosto que trabalhamos aqui nesta Assembleia Municipal e passo a pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, se não se arrepende desta aposta na Aeronáutica?

Antonio Augusto Cabral Marques Fernandes (Sempre-MI) - Eu trago aqui dois temas que considero que podem ser aqui abordados, no âmbito, daquilo que é a atividade do Município. Mas, antes destes dois temas, gostava, naturalmente, uma vez que foi aqui referido, de saudar a Câmara Municipal de Castelo Branco pela organização da Feira dos Sabores de Perdição. Também consideramos que é estratégico para o Concelho e para a cidade de Castelo Branco. Só temos pena que, de facto, não tenhamos tido, em 2022 e em 2023 os Sabores de Perdição, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

pandemia já lá estava mais atrás. Em setembro de 2024, e este ano, felizmente, voltámos ao formato habitual de junho e correu muitíssimo bem, eu próprio também me diverti imenso, pelo menos nos dois dias que estive cá.

Bem, indo aos dois temas que trago aqui, um deles é Saúde e o outro Educação.

Passo a passo vamos construindo o futuro. Estamos a trabalhar em prol de Castelo Branco e dos Albicastrenses. Estamos a dar um novo impulso à Saúde. Estas são palavras do Dr. Leopoldo Rodrigues, colocadas num post na sua página pessoal da rede social Facebook, no dia 22 de abril de 2025, sensivelmente há dois meses e pouco.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, referia-se naquele seu post, à construção do Hospital Privado das Beiras e colocava uma fotografia do local, onde se poderia ler que “em breve também estaremos a prestar cuidados de saúde em Castelo Branco”. Este processo, de facto, vem de longe e importa aqui recordar algumas datas: 7 de julho de 2023, Reunião do Executivo Camarário, onde o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco apresentou uma informação, propondo a alienação através de hasta pública, mediante publicação do edital dos lotes de terreno, números seis e sete, para construção de propriedade Municipal, sitos na Cruz de Montalvão, em Castelo Branco. Nessa reunião do Executivo, de 7 de julho de 2023, os Vereadores do Sempre Movimento Independente fizeram vários alertas, relativamente, ao facto, de não estar previsto o prazo limite para a construção e o licenciamento do equipamento, não está previsto pagamento de uma indemnização, caso não fossem cumpridos os prazos previstos e o adquirente não devolvesse o terreno. A questão das infraestruturas que no futuro poderão servir de argumento para o não cumprimento dos prazos, por parte, também do comprador e o preço abaixo do mercado que é explicitado pelo avaliador. Estas foram algumas questões que os Vereadores do Sempre-MI colocaram. Bem, mas a proposta foi aprovada e seguiu para a Assembleia Municipal, onde viria a ser aprovada neste Órgão no dia 21 de dezembro de 2023.

No dia 16 de janeiro de 2024, é publicado o edital, relativo à venda em hasta pública dos referidos lotes de terreno para a construção de equipamentos de utilização coletiva, com agendamento da hasta pública para o dia 16 de fevereiro de 2024. Na reunião do Executivo de 16 de fevereiro de 2024, procedeu-se, de facto, a hasta pública, não tendo o lote seis, sido objeto de qualquer licitação e tendo o lote sete sido arrematado pela quantia de 650.000 euros, licitado pela firma Imosaúde das Beiras, Unipessoal Lda.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No dia 23 de maio de 2024, há um ano e pouco, decorreu no Salão Nobre da Câmara Municipal de Castelo Branco, aqui, a assinatura da escritura do prédio, do tal lote seis, adquirido pelo valor de 650.000 euros pela Sociedade Imosaúde das Beiras, com o objetivo de avançar com a implementação da estrutura de saúde privada na cidade. Os órgãos de comunicação social foram desde sempre acompanhando este assunto.

Em 23 de março de 2023, o Jornal Reconquista escrevia “Hospital Privado pode abrir em Castelo Branco”, referindo ainda que Leopoldo Rodrigues e são palavras do jornal “Presidente da Câmara, disse no dia da Cidade, na Sessão Solene da Cidade, que a autarquia estará disponível para que esse equipamento seja uma realidade”.

No dia 11 de abril de 2024, o Jornal de Reconquista anunciava “o Grupo Imosaúde vai construir um hospital privado, em Castelo Branco, a escritura de aquisição do terreno, será feita no curto prazo” e veio, de facto, a ser feita.

Em 29 de maio de 2024, o Jornal Reconquista anunciava “Hospital Privado das Beiras investe 20 milhões na cidade”. Segundo o jornal, a assinatura da escritura do terreno na Cruz de Montalvão, lote sete, entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e o Grupo de Saúde, que já referi mais que uma vez, foi considerada pelo Presidente da Câmara, Leopoldo Rodrigues, passo a citar “como um momento importante para o Concelho, temos feito um esforço importante na área da saúde, como o demonstra a Unidade de Saúde Familiar e também o futuro Centro de Saúde de Alcains. É positivo podermos juntar o sector privado ao sector público. Este foi um passo longo, fruto dos procedimentos”, dizia ainda o jornal, “no entender do autarca, o Hospital Privado das Beiras contribuirá para o desenvolvimento do território”.

Em 30 de novembro de 2024, o Jornal Reconquista mais uma vez, referia-se ao tema, “Obras do Hospital Privado arrancam no início do ano”. Penso que seria de 2025, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Já passou mais de um ano, desde a data da assinatura, ocorrida a 23 de maio de 2024. O edital ditava como prazo máximo para a apresentação do projeto de construção até um ano a contar da data da escritura.

Por sugestão anterior, dos Vereadores do Sempre-MI, do que sabemos, não há projeto e não haverá Hospital Privado, em Castelo Branco, por agora, contra aquela que era a sua vontade e a nossa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O que lhe pergunto é, qual é o ponto de situação? Pode confirmar-se o referido projeto de construção? Se deu ou não, efetivamente, entrada nos serviços da Câmara Municipal de Castelo Branco?

Relativamente, ao tema da Educação, também o Jornal Reconquista, no dia 11 de janeiro de 2024, dava como título” Escola Amato Lusitano, recebe 4 milhões de euros para investimento”.

Ontem, ao reler esta notícia, do dia 11 de janeiro de 2024, no primeiro parágrafo, o que é dito, é que de facto, vai ser apresentada uma candidatura para se conseguir este financiamento para que as obras sejam realizadas.

A minha questão é a seguinte, foi feita a candidatura ao programa para construção, reconstrução, recuperação, reabilitação de estabelecimentos escolares? Não foi feita candidatura? Se foi feita, qual o valor da candidatura? E se não foi feita a candidatura, se as obras, efetivamente, vão avançar e qual será o valor previsto para essas obras?

Queria que me respondesse com a capacidade de síntese que conseguir a estas duas questões. Relativamente, ao hospital, há projeto ou não há projeto? Avançamos ou não avançamos, ou se passou um ano e perdemos tudo? Relativamente, a estas obras vão ser feitas, não vão ser feitas? Qual é o valor? E se, de facto, há financiamento ou não há financiamento? Porque parece-me que não são os jornalistas os sensacionalistas desta terra.

Muito obrigado. Já agora, boas férias para todos e também boa campanha.

Christelle Varanda Domingos (PS) - De facto, tenho só aqui duas ou três questões para o Senhor Presidente e coisas muito sucintas. Parte, já foram identificados, aqui, pelo Senhor Deputado Ernesto Candeias Martins, mas queria de facto enfatizar toda esta atenção que este Executivo tem tido para a revitalização dos espaços públicos.

Por isso, a minha questão é de facto, perguntar-lhe, concretamente, se acha que a revitalização de todo este centro cívico tem sido uma aposta ganha?

Se vale a pena, tendo em conta que estamos aqui a falar de quase duas décadas sem qualquer intervenção cívica nesta zona que é um cartão de visita da nossa cidade? E quando falo nesta revitalização que este Executivo avançou, falo, não só da fonte luminosa, não só do parque infantil, toda esta parte superior dos canteiros que foram instalados na perspetiva de dar sombra e mais comodidade aos albicastrenses que por ali gostam de passear. Dar também aqui ênfase e também às soluções que estão a ser identificadas para o teto do espaço CCCCCB.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E, de facto, queria-lhe perguntar e já falou aqui também na alteração das condutas de água por toda a cidade? Toda esta atenção porque de facto, é para o espaço público, queria-lhe perguntar, se tem sido uma boa aposta?

Esta atenção para estes espaços, uma perspetiva daquilo que está também perspetivado para os próximos tempos, tendo em conta que “Roma e Pavia não se fizeram num dia”, e de facto, notamos que desde a decisão pública, até à colocação da obra tem, de facto, que ter atenção ao espaço que é necessário ser acautelado, por isso, a minha pergunta é muito clara, se tem sido uma aposta ganha e se vê esta revitalização como uma boa aposta do Município?

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) - Eu não era para intervir, mas visto que fui citado aqui várias vezes, vou intervir.

Relativamente à atividade municipal, para que fique bem claro, sou a favor das festas e como disse, não consigo ir a todas. Mas já não é a primeira vez que digo isto e vou voltar a dizer, é que não vale a pena gastar milhares ou dezenas de milhares de euros em artistas, quando vimos perfeitamente aqui no Festival Sabores de Perdição, no domingo e na hora do calor, não achei muito correto porque tivemos a atuação do Conservatório de Castelo Branco, estava a praça cheia, se fosse à noite estava cheia na mesma e estávamos a promover os nossos jovens. Conseguimos promover, temos artistas no nosso Concelho, dava para termos festas todos os dias do ano, sem repetir um artista. Conseguimos fazer isso e, se calhar, em vez de termos aqui uma enchente durante três dias, íamos tendo uma atividade constante ao longo do tempo.

Devemos fazer estes eventos? Devemos. São importantes? São. Se calhar, a forma como fazemos, já está um bocadinho ultrapassada.

Também de frisar a questão, relembro que a primeira vez que se falou das redes sociais do Senhor Presidente da Câmara, fui eu. Eu até me recordo, qual é que foi o tema, foi há algum tempo e agora toda a gente diz que sou um seguidor atento das suas redes sociais. Ou seja, o meu problema não é o Senhor Presidente fazer agora, mas é, em época de pré-campanha eleitoral, daquilo que está a ser feito ou daquilo que espera ser feito, ou aquilo que sonhou que se fez. O que acho que é errado, é não fazer isso ao longo do tempo, ou seja, quem for Presidente da Câmara a partir de outubro, fazer esse acompanhamento e depois não o podemos criticar quando chegar a altura da campanha. Às vezes, não é o que se faz, é a forma como se faz.

Depois também foi aqui dito que a comunicação social liga muito a esta Feira, a comunicação social liga porque lhe pagam. A CMTV veio cá porque pagou. A comunicação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

social local veio cá porque pagou. Publicam as notícias, depois não se concretizam porque lhe pagaram.

Falou-se aqui há pouco também do Tribunal Central Administrativo.

Quem foi o primeiro a dizer que não ia haver Tribunal Administrativo, nenhum aqui? O primeiro fui eu. O PSD já disse várias vezes na Assembleia que não vai haver. Eu disse isso aqui e o Senhor Presidente continua a dizer que não, que já estava a acordado.

Todos sabemos, sempre que há um Governo novo, rasgam os papéis do anterior. É isto que acontece. Estamos habituados. Foi-me respondido, a mim, diretamente. Foi respondido ao Deputado Nuno Fazenda, do PS, também na Assembleia da República, que não ia avançar a obra. Eu já disse isto aqui três vezes. É a terceira vez que estou a dizer isto.

Eventualmente, o Senhor Deputado podia não estar aqui, foi na altura que teve o mandato suspenso. Eu disse aqui, já três vezes, e volto a dizer, enquanto tivermos um Governo PSD não vai haver Tribunal Central Administrativo. Há mais casos como o nosso, ou seja, não é um dado adquirido e temos que ter esta consciência das coisas como são. Estamos aqui a mandar a culpa de um lado para o outro.

Há pouco, o Senhor Presidente referia-se à Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, que foi uma promessa do PS, a questão do trator.

Quer dizer, somos governados desde 1998 pelo PS na Câmara Municipal. Também não podemos dizer que o que foi feito, foi bem feito, mas também não podemos dizer que aquilo foi mau e foi de alguém que não era do PS e que agora é do PS. Nós estamos aqui a ver que realmente temos PS, ou PS a diesel, como costume dizer, parece que andamos a empurrar a culpa de uns para os outros. Quem esteve no poder durante estes anos? Obrigado.

Presidente da Câmara Municipal - Senhora Deputada Municipal, Cristina Granada, fala-nos sobre uma estratégia ligada também à alimentação, aproveito a sua questão para lhe dizer e para dizer a todos os presentes que tivemos a oportunidade de assinar com a AHRESP, precisamente no evento, Sabores de Perdição, um protocolo para o desenvolvimento de uma jornada gastronómica. Aderiram mais de 20 restaurantes a este projeto, até final do mês de julho, teremos, portanto, restaurantes aderentes a esta rota gastronómica do Concelho de Castelo Branco e a possibilidade de cada um dos seus clientes poder vir a desfrutar dos diferentes pratos relacionados com borrego, ou com o cabrito, também com a galinha corada e outros pratos que são típicos da nossa região e do nosso Concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Escola de Chefs, efetivamente, é um projeto estruturante para Castelo Branco e para toda a região. É um projeto que assenta naquilo que é a valorização dos produtos locais, os sabores da terra e da sua ligação à gastronomia. É um projeto que, como tantos outros, precisa de nascer para se concretizar. Ele já nasceu, está em desenvolvimento e será, sem dúvida alguma, uma mais valia para Castelo Branco e para os albicastrenses. E já agora, aproveito para fazer um voltar atrás, à intervenção da Senhora Deputada Carla Massano, porque trouxe-nos aqui o desmistificar daquilo que têm sido a poeira que tem querido lançar para os olhos dos albicastrenses. As várias obras e intervenções que aqui referiu, são apenas uma parte do muito que este Executivo Municipal tem realizado ao longo do ano.

Cluster Aeronáutico, sim, Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes, o Cluster Aeronáutico criado pela Câmara Municipal de Castelo Branco e que tem a parceria de entidades relevantes na área da aeronáutica e da ligação ao sector da indústria aeronáutica é, de facto, uma aposta estratégica do Município de Castelo Branco.

As obras em curso no Aeródromo Municipal e que tem como objetivo aumentar a placa, como disse, em mais de 11.000 metros quadrados, tem como objetivo também dar condições a todos aqueles que queiram investir em Castelo Branco. E tivemos também, a oportunidade de atrair para Castelo Branco um dos maiores gigantes mundiais na área da aeronáutica, que já aqui falámos várias vezes, a Dassault que está também ela, a concluir a construção de um hangar. Recordo a iniciativa privada no Aeródromo Municipal de Castelo Branco.

O Senhor Deputado António Fernandes e eu respondo-lhe muito, rapidamente, quanto ao Hospital Privado das Beiras. O Senhor Deputado elencou aqui a linha do tempo. Eu, enquanto o Senhor falava, vou continuando a ouvi-lo, atentamente, tive oportunidade de enviar uma mensagem a um dos responsáveis do Hospital Privado das Beiras que passo a ler, “Bom dia Dr. Ricardo já tem resposta da APA sobre o projeto do Hospital de Castelo Branco? Resposta. “Bom dia, especificamente, não”. Pergunto, novamente, não deram resposta? Respondeu, “só se foi na última semana em que estive ausente, mas vou perguntar ao Engenheiro responsável pelo projeto, mas duvido”. E depois acrescenta, “inclusivamente, já tínhamos decidido voltar a alterar o projeto, não podemos esperar mais, nem respostas tão vagas”.

Ou seja, há uma empresa privada que se propõe investir em Castelo Branco, na realização e na construção de um hospital privado, esse é, sem dúvida alguma, um projeto estruturante e importante na área da Saúde e que está a aguardar para poder desenvolver o seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

projeto, uma resposta por parte da APA. Já agora, também posso acrescentar que um outro projeto estruturante, neste caso, para a Freguesia das Sarzedas e que corresponde ao Açude do Pomar, esteve mais de um ano e meio à espera de uma resposta desta mesma entidade.

Não queiram que fale também aqui sobre aquilo que foi a demora na resposta também desta entidade ao PDM e ao PGU.

Relativamente, à Escola Amato Lusitano, sim, lançámos concurso para o projeto, estamos a fazer o projeto, foi apresentado recentemente aqui na Câmara Municipal pelo projetista em que estive presente e estiveram também os nossos Diretores e Chefes de Divisão, esteve também presente o Diretor e parte da Direção da Escola Amato Lusitano.

Relativamente, ao Centro Cívico, respondendo à Christelle Domingues, sim, entendemos que esta revitalização do Centro Cívico era necessária e, corresponde, aliás, àquilo que era também o pensamento do projetista que, na altura do Polis, definiu o centro cívico. As obras que estamos a fazer, são da sua autoria enquanto autor de projeto e que tem direitos de autor e, portanto, estamos a concretizar uma revitalização com a qual, concordamos e como, já disse, anteriormente, muito beneficia Castelo Branco e o centro da nossa cidade.

Antonio Augusto Cabral Marques Fernandes (Sempre-MI) - Senhor Presidente, não percebi qual é a relação entre a pergunta que lhe fiz e a Agência Portuguesa do Ambiente. Portanto, peço-lhe que, com toda a sua coragem, perante esta Assembleia, seja claro sobre o que é que quis dizer, sobre a minha relação com a Agência Portuguesa do Ambiente. Se não o quiser fazer aqui, faça-o junto das entidades competentes, mas assuma essa sua coragem e não se fique pela sua reflexão.

Assuma aqui, ou junto das entidades competentes, porque de facto, não percebi o que é que o senhor quis dizer, relativamente, à pergunta que lhe fiz, que é legítima e ao relacionamento que fez com o facto de a Agência Portuguesa do Ambiente ainda não ter respondido.

Assuma toda a sua coragem nesta Assembleia Municipal que eu assumirei depois a minha.

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Deputado, não fiz nenhuma relação. O Senhor fez uma pergunta e limitei-me a responder à pergunta. O senhor perguntou, qual o estado do projeto, e eu disse-lhe que este projeto está parado porque carece de uma resposta por parte da APA. Não fiz nenhuma relação com Senhor Deputado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Se lhe pareceu, pareceu mal, portanto, poderá ter sido um ato falhado, mas da minha parte, não houve nenhuma relação àquilo que respondi.

2. Apresentação das conclusões da Assembleia Municipal Jovem realizada a 23 de abril de 2025.

Presidente da Assembleia Municipal - Como é do conhecimento geral, a Assembleia Municipal Jovem de Castelo Branco reuniu, neste dia, em projeto piloto, numa sessão muito interessante, muito participada e muito assistida.

Esta foi uma iniciativa da Assembleia Municipal, com a colaboração dos serviços municipais.

De acordo com o n.º 2 do artigo 14º, as normas de funcionamento aprovadas, as deliberações vão ser apresentadas por um Deputado(a) da Assembleia Municipal Jovem aos elementos da Assembleia Municipal e que foi eleito entre os seus pares.

Com efeito, nesta sessão, foi eleita como representante da Assembleia Municipal Jovem na Assembleia Municipal de Castelo Branco, por maioria, com 15 votos, a Deputada Jovem Leonor Costa Pinheiro, do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva.

Cumprimento, nesta perspetiva, a Doutora Isabel Magueijo, da Direção do Agrupamento que está aqui presente e que muito agradecemos.

Portanto, Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal, vou convidar a Deputada Jovem Leonor Costa Pinheiro a intervir, agradecendo a sua presença e a sua participação.

Leonor Costa Pinheiro (Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva) - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Eu, Leonor Pinheiro, aluna do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, venho aqui, hoje, enquanto representante eleita, na Assembleia Municipal Jovem de Castelo Branco, expor, de forma resumida e genérica, um conjunto de propostas apresentadas pelos Deputados dos quatro Agrupamentos de Escolas do Concelho de Castelo Branco, na sessão realizada no passado dia 23 de abril de 2025.

Porque acreditamos que, mesmo sendo jovens, podemos ter um papel ativo na defesa do ambiente e na construção de uma sociedade mais informada e participativa, propomos criar brigadas jovens do ambiente, grupos de voluntários jovens que, com o apoio do Município, possam participar em atividades de limpeza dos espaços públicos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Colaboração na gestão de pilhas de compostagem comunitária e diversas campanhas de sensibilização.

Organizar workshops regulares nas escolas com participação de entidades públicas locais, para que os alunos possam aprender de forma prática como funcionam alguns serviços essenciais, como, por exemplo, cuidados de primeiros socorros, segurança rodoviária, serviços de água e resíduos.

Propomos ainda que sejam atribuídas aos jovens, bolsas de ingresso ao Ensino Superior na primeira licenciatura, situação que se verifica já em alguns Municípios do Distrito, mas ainda não em Castelo Branco.

Melhorias na sinalização e em algumas passadeiras para os peões.

A manutenção e limpeza de alguns espaços lúdicos e algumas ruas.

Plantar mais árvores em algumas zonas e espaços da cidade, situação muito vantajosa em alturas de altas temperaturas.

Criar em todos os passeios, acessibilidades para pessoas com deficiências físicas ou motoras ou mobilidade reduzida.

Possibilitar aos alunos das nossas escolas, pequenas deslocações dentro da cidade, através do serviço de transportes públicos.

Propomos também, como forma de incentivar os jovens, o voluntariado, a criação de um banco de horas jovem, seriam acumuladas horas de voluntariado que, posteriormente, seriam convertidas em entradas de museus, espetáculos, festivais, eventos desportivos e cinema, por exemplo. Seria um projeto que iria também beneficiar a aquisição de competências sociais, de competências linguísticas, através do contacto, por exemplo, com turistas de outras nacionalidades e competências culturais.

Foram apresentadas também diversas propostas que referiam a melhoria do piso de algumas estradas de acesso, a algumas aldeias e vilas do nosso Concelho,

Ao nível dos equipamentos escolares, foi proposta a construção de um espaço exterior coberto, na Escola Básica João Roiz.

Na Escola Sede do Agrupamento de Escolas Nuno Álvares, foi proposto, a execução de obras de melhoria no piso do ginásio interior, reparações em alguns aquecedores que não funcionam e reparação no teto de uma sala de aula.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Os espaços exteriores das escolas também merecem atenção, foi salientado, se queremos promover o convívio e o bem-estar entre os alunos, é necessário tornar estes espaços mais apelativos, criando mais zonas verdes e com sombras, mesas para jogos e áreas para o desporto. São mudanças simples que tornam o ambiente mais agradável e personalizado.

A valorização dos espaços hídricos do Concelho através da construção e melhorias das praias fluviais, como acontece em Concelhos vizinhos, foi outro aspeto de melhoria apresentado.

A criação de uma agenda cultural, pensada especificamente para os jovens, com concertos, ateliês, workshops, exposições, com a sua divulgação a ser realizada nas escolas e nas suas redes sociais.

Melhorar as zonas de lazer de Alcains, sendo a Quinta da Pedreira a zona mais habitacional, esta acaba por fechar às vinte e duas horas, uma vez que as luzes são apagadas, não permitindo nenhuma atividade depois desta hora. Assim, propomos que as luzes possam ficar acesas até à meia noite.

Obrigada pela vossa atenção.

Ernesto Candeias Martins (MPT) - O olhar do jovem é aquele que nos garante o futuro e a Leonor, não só tu, mas também todos aqueles que estiveram no dia 23 de abril, garantem que estamos com cidadãos de futuro e que estão realmente, garantidos na sua participação e na sua atividade.

Há três aspetos, do qual, destaquei e acompanhei, infelizmente, não tudo o que destaco e que são problemas que aqui estamos a debater e que a Câmara também tem em boa conta.

A primeira questão do ambiente, é a questão dos resíduos, a questão dos espaços verdes, os espaços públicos para os jovens, para interjecionalidade. E, é isso que realmente, vejo, que estamos garantidos por estas gerações mais novas. É, sem dúvida alguma, um problema que aqui vamos discutir mais à frente e do qual, os SMAS, realmente, tem aqui um ponto na questão educacional. Fiquei muito contente porque é uma das grandes preocupações e, sobretudo, naquilo que foi a reunião de Paris para estas questões do ambiente e aquilo que a União Europeia nos tem vindo a alertar.

O segundo aspeto, é a necessidade de convivência, melhores condições que hoje, sabemos que de uma forma multicultural e de inclusão intercultural se necessita. É sem dúvida uma preocupação que vejo dentro daquilo que são as estruturas das instituições educativas, mas também da própria cidade, do próprio espaço territorial que nós temos, isto, perante aquilo que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

realmente, penso que será o dia a dia da multiculturalidade dos teus colegas, quer na sala de aula, quer nos espaços escolares, quer também nos espaços públicos e de acesso, que tenham todos as mesmas oportunidades e os mesmos direitos e, sobretudo, no respeito, na tolerância e na justiça. Isto está dentro daquilo que também é outra coisa que destaquei, que é a defesa intransigente dos próprios direitos. E isso, também nos dá garantias, contrariamente, aqui, a algumas posições que ouvistes de alguns que são um pouco mais radicais do que parece, que não querem ouvir aqueles que têm menos voz ou de outras etnias.

Todos têm o direito a resposta, seja no tempo, seja no espaço, por isso mesmo, congratulo-me com isso. E, congratulo-me também com outra questão que é a falta de um pouco de empreendedorismo e aí ficaria completo, naquilo que são os desafios que vocês têm em colaborar. Aquilo que chamo uma aprendizagem de serviço, a aplicação dos vossos saberes e conhecimentos que vão adquirindo, curricularmente, mas que também, sejam postos ao serviço de uma forma prestável, ao serviço da comunidade. E, assim, congratulo-me, fico sensibilizado, como cidadão, que estas gerações, efetivamente, tenham essa disposição.

Estaremos todos contentes dessa disponibilidade que vocês mostram, seja através de uma agenda, sejam pagos, seja através da cultura, tudo aquilo que disseste, realmente nos enobrece, porque estamos, realmente, bem com a geração ou as gerações que nos vão substituindo.

E, por último, queremos o melhor e a extensão daquilo que foi apresentado aqui por vocês, é de preocupações que não ficam só em pré-ocupações. Vocês querem ocupar um lugar digno, participativo naquilo que são os destinos deste território, desta cidade. E, aí sim, louvo e teria que dizer, como cidadão, mais do que como Deputado Municipal, fico orgulhoso de que temos futuro, temos gerações que nos pode, realmente, seguir naquilo que são o melhor e o bem-estar deste território. Obrigado.

José Dias dos Santos Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) - Eu queria dar os parabéns aos alunos que participaram nesta Assembleia Municipal Jovem. Mas, queria dar também os parabéns e agradecer o extraordinário trabalho que está a ser feito, de há uns anos a esta parte, na nossa comunidade educativa, no trabalho dos agrupamentos, o trabalho que é feito para o exercício da cidadania que estes jovens têm demonstrado ser capazes de realizar.

Este projeto da Assembleia Municipal Jovem, conjuga-se e completa muito, um projeto que já vai na segunda edição, realizado pela Junta de Freguesia, que era a Assembleia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Freguesia Juvenil que deu origem e enriqueceu o Programa Jardinar, projeto educativo para a sustentabilidade ambiental e que a partir das Assembleias de Freguesia Juvenil, permitiram introduzir no Plano de Atividades da Junta um conjunto de atividades protetoras do ambiente, cuidadoras do ambiente, mas, principalmente, impulsionadoras das capacidades de propor, projetar e participar dos nossos jovens.

Parabéns aos participantes e um bem-haja muito sincero ao extraordinário trabalho que é feito nos Agrupamentos, no sentido, de promover o exercício da cidadania e, principalmente, o cuidado com o nosso ambiente social e natural. Obrigado.

Ana Cristina Marques Lourenço (Sempre-MI) - Olá Leonor, muitos parabéns. Estiveste muito bem. Nós só queremos mesmo dar os parabéns à Leonor e a todos aqueles que estiveram nesta Assembleia Municipal Jovem.

Queremos dizer-te a ti para passares a mensagem a todos aqueles que te acompanham para nunca deixares de ter voz, com ou sem estrutura de apoio, continua sempre a acreditar e a lutar por aquilo em que acreditas.

Obrigada por este exercício de cidadania ativa. Obrigada por nos ensinares a nós que independente da idade, acreditamos em coisas e devemos lutar por elas. Parabéns, Leonor.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM) - Eu quero também felicitar a Leonor pela sua intervenção, dar-lhe os parabéns e dizer que para nós, é um estímulo muito grande, poder ver como esta iniciativa da Assembleia Municipal Jovem foi tão participada. Eu tive a oportunidade de assistir a essa sessão, estava lá também, o João Ribeiro e outros Deputados Municipais e podemos testemunhar a energia e a vontade de participar dos Jovens do Concelho.

E, quero dizer-te, Leonor, que estás aqui a representá-los a todos e que agora a bola está também do nosso lado, quer dizer, de ouvir os vossos contributos e de podermos depois dar-lhes seguimento e também estarmos atentos às vossas preocupações.

E, quero dizer, que espero sinceramente e teremos eleições autárquicas, muito em breve, que nós possamos ter mais jovens eleitos nos Órgãos Municipais e na Assembleia Municipal, exatamente, para lhes dar o espaço que merecem e para poderem ter essa voz permanente aqui neste Órgão. Muito obrigado e parabéns mais uma vez.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) - Era só para dar os parabéns à Leonor e a todos aqueles que participaram.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estive também na Assembleia a assistir à maneira educada, com propostas concretas, e também me penitencio, a mim, como devíamos aprender com os jovens. Eu convido-vos por isso, acho que a Assembleia foi gravada, a rever a maneira tão educada como todos contribuíram com intervenções muito bem construídas e, realmente, aquilo que vimos aqui, hoje, foi uma pequena amostra daquilo que se passou naquele dia.

Muito obrigado pela tua intervenção e obrigado a todos os jovens que participaram.

Presidente da Câmara - Comungo das opiniões expressas pelos diferentes representantes dos vários grupos, aqui presentes, na Assembleia Municipal. Era esse mesmo o objetivo da minha intervenção e, em primeiro lugar, agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa da realização da Assembleia Municipal Jovem.

Depois, a forma como foi tratada, preparada, com a intervenção de vários membros da Assembleia Municipal que fizeram o seu trabalho junto dos alunos, das nossas escolas, no sentido, de preparar e ao mesmo tempo, explicarem o que é uma Assembleia Municipal e a forma como decorre e depois, a forma como a mesma teve lugar no Centro de Cultura Contemporânea, com a apresentação de ideias, com debate e com intervenções muito positivas, por parte, dos alunos, na pessoa da Leonor, que aqui representa os colegas que estiveram presentes. O nosso bem-haja.

3. Direito de Petição. Associação Animais de Ninguém.

Presidente da Assembleia Municipal - Direito de Petição da Associação Animais de Animais de Ninguém. Esta é uma, digamos, uma proposta com algum carácter de inovação nesta Assembleia Municipal. Não me recordo nunca de esta questão, ter vindo aqui, nomeadamente, nesta figura do direito de petição.

Esta petição e os documentos, foram todos enviados aos Senhores Deputados Municipais. No dia 24 de abril, foi enviada pela Associação Animais de Ninguém, uma petição por email, dirigida à Assembleia Municipal. Este procedimento tem pertinência e, portanto, está previsto na Lei das Autarquias Locais e está perfeitamente enquadrada no Regimento da Assembleia Municipal.

Depois da tramitação, considerada adequada ao tratamento do assunto, foi pela Comissão Permanente, uma reunião na passada quinta feira, elaborado um relatório que está na posse dos Senhores Deputados e que vai ser objeto de deliberação mais daqui a pouco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Chamo a intervir, o relator do documento, que foi eleito, por unanimidade, na Comissão Permanente, o Deputado Municipal, único, do Grupo Municipal do MPT, Deputado Ernesto Candeias Martins.

Ernesto Candeias Martins (MPT) - Em primeiro lugar, agradecer a confiança que a Comissão Permanente, os elementos da Comissão Permanente dos respetivos Grupos Municipais confiaram em mim, em termos, de relator.

Trata-se de um Pedido de Petição, formulado pela Associação Animais de Ninguém – AAN, a esta Assembleia Municipal e subscrito com 869 cidadãos e, o qual, mereceu a análise por parte, da Comissão Permanente, no dia 26 de junho.

Há aqui três questões prévias, as quais, consta, no relatório:

A primeira, o pedido foi analisado e, sobretudo, pela legalidade ou entidade jurídica da própria AAN, no momento do pedido a 26 de abril, não estava legalizada.

A segunda, é que os 869 cidadãos que subscreveram, não tinham, ou não estavam devidamente identificados, assim, como também, a sua condição em termos de cidadãos.

E, por último, outra questão, e essa, sim, é que qualquer direito, no direito constitucional qualquer cidadão merece, que qualquer pedido de petição, se for coletivo, não deixa também de ser ou não ser previsto, a petição em nome individual e, neste caso, o nome individual da Senhora Sandra Henriques, realmente, mereceu que fosse analisado pela Comissão, ao abrigo daquilo que é o artigo 61º do Regimento, desta Assembleia.

Em primeiro, foi a análise e descrição da tramitação do processo, feito por emails que em 26 de abril, foi dirigido à Assembleia Municipal, mais concretamente, ao Senhor Presidente, também dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e tudo isso mostrou-se, na minha análise e na análise da Comissão, uma abertura de ser analisado este pedido de petição. Contudo, já referi os aspetos prévios, a AAN não estava legalizada no momento em que o fez, nos primeiros e-mails que mandou, só vindo depois, posteriormente, a ter uma eleição dos seus órgãos sociais, em maio, e a sua legalização na plataforma, como entidade legal em junho. E, por isso, esta análise foi feita e o que se faz nestes trâmites, é que o Presidente da Assembleia Municipal, encaminha para o Presidente da Câmara Municipal para saber mais informação e também para o Gabinete de Apoio. Houve resposta, disponibilidade e houve abertura, mas pelas razões legais ou formais, só a partir de junho, esse pedido vai ser analisado mais profundamente pela Câmara, como também pelo Gabinete de Apoio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em relação ao cumprimento, é o cumprimento deste Regimento, quer queiramos quer não, já aqui foi referido e isso foi feito por uma Comissão Permanente, este Regimento poderá, no futuro, vir a ser alterado em alguns aspetos que consideramos que, efetivamente, podem melhorar a ação e a dinâmica de um Órgão, como este. Mas, no caso, de análise, o cumprimento do Regimento, diz respeito ao artigo 61º, que está integrado no capítulo VII das Disposições Gerais, que é o Direito de Petição que referi, anteriormente. E, por isso, qualquer cidadão tem garantia de que pode, quer em petições individuais, quer coletivas, dirigir ao Presidente da Assembleia Municipal, devidamente, comprovadas e legalizadas, como é o caso daquilo que se pede no Regimento, que são 150 assinaturas, devidamente, identificadas e que realmente merece depois uma análise e resposta.

Ora bem, as diligências entre a Comissão, foi de analisar este pedido e elaborar, dentro daquilo que era o prazo, que são 60 dias e, por isso, desde abril até esta data, estamos dentro do processo. A Comissão Permanente, elaborou este relatório, no qual, efetivamente, chegou a síntese de três aspetos ou questões que realmente foram analisadas.

A primeira é o cumprimento de promessa, quero dizer, uma promessa que foi feita, em 2022, há três anos atrás, da cedência de um espaço. O que é certo, é que a Associação Animais de Ninguém não é pela sua atividade, que também foi reconhecida por esta análise e até mesmo pela própria Presidência da Câmara Municipal, efetivou, a necessidade de um espaço. Esse espaço foi efetivamente negociado e tratado. Não foi da adequação aquilo que realmente a AAN queria, pelo aquilo que já disse, de não estar legalizada, mas isso não invalida que se possa analisar no futuro.

E, o segundo ponto, é o reconhecimento, quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia municipal reconhece a Associação Animais de Ninguém e o trabalho desta associação como todas as outras. Convém aqui dizer, com uma observação particular, da minha parte e, sobretudo, com animais que sejam vítimas, acrescentaria que não ficasse só pelo perímetro ou área da cidade, mas também extensivo a todo o nosso território. E, por isso, esse reconhecimento e esse agradecimento também está dentro daquilo que foi a análise feita.

Esta Assembleia tem critérios, em termos, de associativismo, sempre quando as Associações, têm legalidade, não é própria e, por isso, mesmo tem que se candidatar, como qualquer outra Associação a esses apoios, às candidaturas que têm os seus prazos e, de maneira, se estiver legal, receberá aquele apoio pelas atividades que desempenha e, portanto, a decisão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sintética desta Comissão Permanente, é na elaboração deste relatório, recomendar a Câmara Municipal de Castelo Branco a celeridade possível na decisão do processo, atualmente, em análise e dar seguimento a esta Petição.

Presidente da Assembleia Municipal - Muito obrigado, Senhor Deputado pela síntese relativamente a este assunto. Não sei se há inscrições, relativamente, a este ponto. Recordo que também está aqui presente o Senhor Veterinário Municipal, Dr. Álvaro, que poderá de alguma forma, se assim o entender, também esclarecer alguma coisa.

Presidente da Câmara Municipal - De facto, agradeço à Assembleia Municipal e também, neste caso, ao relator deste relatório, Senhor Professor Ernesto Candeias Martins, a apresentação dos dados.

Como ficou exposto, reunimos várias vezes com a Direção da Associação Animais de Ninguém, para tentar encontrar soluções para a Associação. Também devo dizer que há muitas solicitações de espaços, por parte, de Associações que ainda não foi possível darmos resposta, não temos aqui uma bolsa de instalações que possam ser disponibilizadas a todas as Associações que vão surgindo, mas neste caso, concreto, foi disponibilizado. Nós, inclusivamente, visitámos a ETAR Norte, entretanto, está desativada, disponibilizámos depois o antigo canil municipal e a Associação acabou por não dar resposta a essa proposta que lhe apresentámos.

Relativamente aos apoios, como sabemos, os apoios estão balizados pela existência de um regulamento, como também já aqui foi dito à Associação Animais de Ninguém que muito recentemente, durante o mês de junho é que entregaram os documentos que fazem parte do seu processo e que reúne as condições adequadas para a atribuição de apoios. Aliás, criámos um capítulo no Regulamento de Apoio às Associações, precisamente direcionado para esta área do bem-estar animal, prevendo a atribuição de apoios a Associações que se destinem a quem trabalha com animais.

Já agora, aproveitava, Senhor Presidente, se me dá autorização para isso, para trazer aqui alguns números daquilo que tem sido o trabalho da Câmara Municipal, através do Senhor Doutor António, relativamente, à sua ação com os canídeos e os felídeos e as várias ações que têm vindo a ser desenvolvidas. Entre o ano de 2021 e o ano 2024, foram feitas 341 esterilizações de canídeos, sendo que o número é de 1255, no que diz respeito aos felídeos. No que respeita aos animais recolhidos, os canídeos, foram recolhidos 1293, que depois, por ação do gabinete, foram disponibilizados para a adoção e muitos deles foram devolvidos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No que diz respeito ao investimento da Câmara Municipal, posso também deixar aqui alguns números que acho que são interessantes, no que diz respeito a esterilizações, tivemos um encargo nos anos de 2023 e 2024, de 95.355,75 €, tendo sido cofinanciados no total deste valor, com 42.896,00 €.

Relativamente a alimentos e somos o único Município que faz a distribuição de alimentos, com um investimento de 60.032,00 €, no que respeita a medicamentos 28.899,00 €, na recolha de cadáveres 11.667,00 €, no SIAC 3.920,00 €, depois nos sanitários 304,00 €.

Estamos a fazer obras no canil, concorremos a uma candidatura, o valor do investimento é de 470.000,00 €, sendo que este valor é cofinanciado, em 220.000,00 € e o restante é assumido pela Câmara Municipal. Portanto, temos aqui um total de investimento, entre os anos de 2023, 2024, de 670.000,00 €.

Quero dizer ainda, no que diz respeito a esterilizações, há um ranking nacional das Câmaras Municipais e da sua ação, sendo que Castelo Branco, aparece no 21.º lugar, no número de esterilizações que se fizeram e estamos a falar no total dos Municípios Portugueses.

Presidente da Assembleia Municipal - Vamos colocar à votação o Relatório que foi efetuado pela Comissão Permanente.

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório da Comissão da Assembleia.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

4. Discussão e votação da proposta de “Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco”. (Proposta n.º 39/2025)

José Dias dos Santos Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) - Esta Carta Educativa de segunda geração, coordenada pelo Professor Doutor David Justino, é um documento insofismável e fundamental para a compreensão da nossa realidade educativa, do nosso Concelho e da nossa comunidade. É um documento pluridimensional que integra as questões demográficas, sociais, económicas e educativas e que assenta numa visão sistémica e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

prospetiva para a promoção de uma Educação, inclusiva e inovadora, na linha das metas Educativas Nacionais e Internacionais.

Esta Carta Educativa de segunda geração do Município de Castelo Branco, entre 2024 e 2034, destaca-se como um documento abrangente e orientador que reflete o compromisso do Município em construir uma rede educativa mais inclusiva, equitativa e sustentável.

A sua leitura atenta, aliás, do acompanhamento da sua leitura atenta com o complemento daquela conhecida Carta Educativa anterior, às constatações e evidências que importa trazer a esta Assembleia.

Primeiro, o Concelho de Castelo Branco enfrenta um envelhecimento populacional acentuado, com uma diminuição constante da população jovem ativa, embora nos últimos anos tenhamos assistido a um aumento da população escolar jovem de cerca de 16%.

Segundo, a área urbana mantém uma estrutura etária, relativamente, equilibrada e as freguesias rurais sofrem com o índice de envelhecimento crítico e densidade populacional muito baixa.

Terceiro, o tecido económico de Castelo Branco, caracteriza-se por uma forte presença de microempresas que têm um papel fundamental no suporte da economia local, gerando emprego e dinamizando a atividade económica, são dados e são constatações e conclusões desta carta educativa que transporta consigo recomendações.

Primeira, maior diversificação económica, que representa uma oportunidade para explorar áreas emergentes.

Segunda recomendação, atrair investimentos estratégicos que possam complementar as atividades já consolidadas.

As conclusões e as recomendações desta Carta Educativa são incontestáveis e a verdade, é que quando se pede ou se fala que é importante que no Concelho se faça a atração de investimentos estratégicos, depois constatamos que nestes investimentos estratégicos, temos nos últimos anos, encontrado o aparecimento de atividades empresariais inovadoras, a Inforhphone, Air Biotech, Noesis, a TRH, TRK, APTIV, Scheirber, principalmente, estas duas no aumento do número de ofertas de emprego, tudo isto são soluções que correspondem às recomendações feitas nesta Carta Educativa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Terceira recomendação, oferta concelhia, em termos, educativos, é uma estrutura robusta que se destaca por uma oferta educativa abrangente e diversificada, que cobre todas as etapas do ensino, desde o pré-escolar até à formação ao longo da vida, constatações do relatório.

Os cursos profissionais têm no Concelho um papel de destaque, alinhando a oferta educativa com as exigências do mercado de trabalho, com especial atenção para as áreas estratégicas, como tecnologia, turismo e indústrias criativas. Constatação deste relatório que acompanha e apresenta a Carta Educativa,

Quarta recomendação, percursos diretos de sucesso, revelam uma tendência positiva com o aumento gradual do número de alunos que completam os ciclos escolares dentro do prazo previsto, devido ao impacto de medidas como planos de recuperação de aprendizagem, reforço pedagógico, especialmente em disciplinas consideradas críticas para o sucesso escolar e também devido à implementação de atividades extracurriculares.

Referir também, na Carta Educativa a Escola a Tempo Inteiro, enquadrada nos programas de atividades de animação e apoio à família, que oferece atividades, lúdicas, educativas e de acompanhamento que fornecem um suporte às famílias fora do horário letivo, especialmente para crianças em idade pré-escolar e do primeiro ciclo. Estas atividades têm contribuído para melhorar o envolvimento dos alunos, aumentar a sua motivação e têm fortalecido o vínculo dos alunos com a escola, desenvolvendo competências transversais importantes para o sucesso educativo e pessoal.

Recomendações de continuidade e aprofundamento que conseguimos encontrar nesta Carta Educativa segunda geração, como o abandono escolar precoce que ainda permanece um desafio relevante, importa continuar as políticas preventivas implementadas, nomeadamente, os programas de sensibilização e de intervenção junto das famílias. Tudo isto identificado nesta Carta Educativa.

Continuar a implementar e as diversas medidas para apoiar as famílias e promover a equidade no acesso à Educação, subsídios diretos e iniciativas complementares que reforçam o bem-estar e a inclusão dos alunos no contexto escolar.

As refeições escolares gratuitas ou a preços reduzidos, transporte escolar gratuito para os alunos do ensino básico e secundário que residem a uma distância considerável das escolas. Tudo isto está nesta Carta Educativa e corresponde ao trabalho que está a ser desenvolvido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Manter o esforço contínuo que tem tido como foco, melhorar a funcionalidade, a segurança e a sustentabilidade dos edifícios escolares.

Continuar a realizar investimentos significativos na modernização, na manutenção das infraestruturas ou até na construção de novas infraestruturas.

Reparem, em relação a esta Carta Educativa, que me parece ser um documento estratégico fundamental, em primeiro lugar, para desenvolver o trabalho e continuar a promover o trabalho realizado, e, em segundo lugar, para constituir desafios que importa continuar a responder e que importa continuar a vencer.

Apesar dos êxitos, algumas das metas, como a requalificação total do parque escolar, a mitigação das desigualdades interculturais e a distribuição equitativa de recursos não foram, sabemos, reconhecemos com humildade, que não foram plenamente alcançadas, contudo, a sua execução promete transformar o sistema educativo local, promovendo a coesão social, estimulando o crescimento económico e posicionando o Concelho como um exemplo de inovação e desenvolvimento humano.

Tal como disse na minha primeira intervenção, nesta Assembleia Municipal, mais do que aquilo que falamos, somos aquilo que fazemos e olhando para esta Carta Educativa Municipal, devemos todos ter muito orgulho no trabalho que estamos a fazer, no que respeita às questões educativas, no que respeita ao trabalho junto das nossas populações e nas nossas escolas.

Ernesto Candeias Martins (MPT) - O meu colega e amigo, o Senhor Deputado José Pires, já disse aqui algumas coisas na apreciação deste documento, estruturado em quatro capítulos.

Parece-me uma Carta Educativa bastante organizada, não fosse também um dos mentores da equipa, o meu amigo Professor David Justino.

É verdade que estamos aqui perante uma Carta Educativa que é um instrumento de metodologia de planeamento e, por isso, procura na sua essência e finalidade, o salto qualitativo da Educação e, em especial, da Educação do nosso território.

Esta Carta Educativa, também designada por Carta Escolar, tem a sua regulamentação. É verdade que o Decreto-Lei nº. 21/2019, de 30 de janeiro, diz no seu artigo 15º. que devia ser ou deve ser de revisão obrigatória de dez anos. Ora, a primeira geração, a primeira Carta, foi em 2007, houve aqui um interregno de cinco anos e só agora é que aparece uma Carta de segunda geração, entre o período de 2024 a 2034. Não vale a pena estarmos aqui com celeumas, nem com análises aprofundadas, porque durante esses cinco anos, do qual, podia ser revista, houve o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

período de Covid, houve o período de reajustamento, mas, mais do que isso, houve uma inversão daquilo que era a análise que fazíamos sobre a questão da Carta Educativa do nosso território. E, nesse sentido, como documento, como já foi aqui dito, orientador e estruturante, é decisivo para o desenvolvimento consistente, não só do sistema educativo, em geral, construindo também uma política educativa local, sabendo que hoje, desde a década de 90, está assente em parcerias e daí que o envolvimento dos atores e dos agentes é fundamental, parcerias socioeducativas, parcerias com todas as instituições que, de uma forma direta ou indireta, têm a ver com a Educação e formação.

É verdade que, entre outras potencialidades, apoia a definição de critérios de programação na determinação de domínios e locais de intervenção prioritária e daí que o capítulo da análise, socorrendo-se de uma análise SWOT é projetiva, por assim dizer, se bem que, agora já não se faz tanta forma perspectiva, mas bem, aí estão os dados que têm que ser depois reajustados, porque uma Carta Educativa tem que ter a sua flexibilidade, mas também a sua vitalidade de poder-se ajustar ou reajustar àquilo que é a evolução e que o nosso território educativo, merece. Não só o aumento, como diz aqui, um aumento da população escolar em 16%. Há aqui uma afluência bastante grande e esta Câmara tem dado jus e é merecedora de mérito.

Em relação ao pré-escolar e à creche, o sector privado vive com algumas dificuldades, mas também, penso eu, já foi aqui alertado, até por mim e por outros Deputados, uma situação para o qual, a Câmara está muito atenta para resolver esses apoios e melhor qualidade no ensino em termos de pré-escolar.

Este documento, é verdade que se adequou à oferta e à evolução, ao défice, neste sentido, à evolução da procura escolar, no pensamento educativo e na dinâmica social e urbanística que temos para o território e entre outras. Há aqui também a previsão de um esforço financeiro que é necessário para as tomadas de decisão, sobretudo, no redimensionamento do parque escolar, na requalificação que já aqui ficou dita e que alguns intervenientes, os Senhores Deputados, aqui disseram porque é que não se está a requalificar a Amato Lusitano? Porque é que não se requalifica? Se vi bem e acho que bem, porque até ponho duplos olhos e óculos, a atividade da Câmara diz lá que está a requalificar, aliás uma das coisas que fica bem, nesta Câmara, no seu plano estratégico é a requalificação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Portanto, a requalificação destes espaços de aproveitamento, é algo que deve fazer. Mas se nós fizermos aqui uma comparação naquilo que são as cinco dimensões que esta Carta Educativa foi e já foi aqui, dita pelo meu colega e amigo Zé Pires. Aquilo que são as propostas nas conclusões que são os três eixos, que é a requalificação e potencialização dos espaços de diversidade. Já vimos a jovem Leonor falar “queremos mais espaços”. Aí está, porque os espaços educam, não são só os formais.

O segundo eixo é a promoção da qualidade e sucesso escolar. Há planos a decorrer sobre o abandono escolar, sobre o sucesso escolar. Temos vindo a participar, há aqui instituições que, como o próprio IPCB têm participado também nestes projetos, em relação ao sucesso e ao abandono escolar, são europeus e temos realmente apoios para isso. Além disso, temos aqui também instituições TEIP, não são muitas, mas que têm uma característica muito própria.

O terceiro eixo é a promoção do ensino profissional, do qual, saúdo a escolarização, a população, educação para a vida, faço uma observação muito rapidamente. Qualquer Carta Educativa tem que ser apresentada de uma forma intrageracional, não pode, hoje, no século XXI, não se falar nisso.

Desde a Agenda 2000 em Lisboa, ficou determinada, era o Senhor Presidente da República Jorge Sampaio, ficou determinado que temos uma educação para ao longo da vida ou para toda a vida. É nesse sentido que temos que envolver qualquer Carta Educativa também, neste sentido, da Inter e da transgeracional. E falo em transgeracional porque é a envolvência dos avós e dos familiares nesta Carta.

Mas, vamos rapidamente àquilo que foi e mereceu, além de dar os parabéns a toda a equipa e aqueles que realmente o fizeram e tiveram de uma forma direta ou não, há aqui uma articulação que tem de ser feita ao abrigo do Decreto-Lei nº. 7/2003, de 15 de janeiro, que são os Conselhos Municipais de Educação e, realmente, queremos mais vitalidade do Conselho Municipal de Educação. Queremos que o Plano Estratégico de Educação Municipal se materialize e, nesse sentido, a Carta regula aquilo que são as competências e aquilo que está estipulado, sobretudo, o artigo 8º. do Decreto que falei nesta articulação dos Conselhos Municipais de Educação.

É fundamental, é verdade, o documento diz criar as condições para que todos aqueles que vivem no Município possam aceder não só aos equipamentos, aos edifícios, aos espaços, desenvolver as suas capacidades, de modo, a construir um melhor projeto de vida. É nisso que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Câmara Municipal deve estar atenta, na execução e encarar até mesmo esta Carta nas vertentes da requalificação, como disse, abrangendo todos e todas numa inclusão cultural, geracional e todos aqueles aspetos da Educação e a formação.

Talvez aqui falte uma maior atenção à Educação Especial ou Específica, como é hoje a sua designação. Mas bem, são observações de quem entende e que está sempre muito atento a isto.

Finalizando, realmente, é um documento multisectorial do sistema de ensino concelhio, assume-se como um documento que é estratégico, já foi dito flexível, dinâmico e sujeito a adaptações resultantes das contingências, não só demográficas, mas também socioeconómicas e outras que venham no futuro a vir ou pelo menos a surgir.

Gostaríamos de ver ou ficar aqui com alguma recomendação, em termos, de desenvolvimento e sustentabilidade do território, o seguinte, maior concretização das estratégias e ações desenvolvidas e enquadradas, não só no PEM, mas, sobretudo, naquilo que é o ponto do Plano de Ação.

O segundo é a afirmação das dinâmicas de articulação do trabalho de proximidade que caracteriza o nosso território, em termos, de Educação, contudo, somos conscientes e sou consciente de que a Educação como sendo um ecossistema em constante mudança e na perspetiva desta Carta Educativa de Castelo Branco, no período de 2024 a 2034, assume como principal missão, garantir no Concelho, nas suas Freguesias ou Uniãos de Freguesias, são 21 neste momento, uma educação, cujos pilares devem assentar na qualidade, tal como diz no seu eixo, no sucesso, tal como disse, num dos seus eixos e na equidade, tal como refere.

Portanto, da nossa parte, um bom trabalho e os agradecimentos a quem trabalhou.

Presidente da Câmara - De facto, estamos aqui, perante a apresentação da Carta Educativa para votação, nesta Assembleia Municipal, um documento estratégico para o Município para aqueles que aqui vivem e um Plano Estratégico que, como já aqui foi salientado, quer pelo Senhor Deputado José Pires, quer pelo Senhor Deputado Ernesto Candeias Martins, já devia estar aprovado.

Este é apenas mais um exemplo daquilo que tem sido o trabalho deste Executivo ao longo destes quatro anos. Concretizámos a elaboração desta Carta Educativa. Cumprimento a Senhora Vereadora Patrícia Coelho, que liderou a equipa que concretizou este projeto, assim como, o Professor David Justino, que teve, de facto, um papel fundamental. É óbvio que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

nossos serviços foram diligentes e queria deixar também uma palavra de reconhecimento a todos os Técnicos da Câmara Municipal que estiveram envolvidos nesta Carta Educativa.

Depois, dizer que este não é um caso único, para além da Carta Educativa que hoje aqui votamos, há pouco tempo, votámos aqui também o Plano Geral de Urbanização e estamos numa fase muito adiantada do Plano de Desenvolvimento Municipal.

É efetivamente um trabalho importante, por parte, do Município no que diz respeito ao Planeamento e no que diz respeito à aprovação de instrumentos estratégicos e que, mais uma vez, mostram que não temos estado quietos, antes pelo contrário, temos estado a trabalhar em prol de Castelo Branco e dos albicastrenses.

Obrigado.

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

5. Discussão e votação da proposta de “Adenda ao Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafêde - Mercadinho da Criadilha e Festival dos Moinhos”. (Proposta n.º 40/2025)

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafêde - Mercadinho da Criadilha e Festival dos Moinhos, nos valores de 5.958,63€ e 14.041,37, respetivamente.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

6. Discussão e votação das Propostas de “Regulamentos dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco”:

6.1.1. Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Município de Castelo Branco”. (Proposta nº. 41/2025)

Ernesto Candeias Martins (MPT) - Eu peço desculpa, se sou tão minucioso na análise.

Lembro que sou, Deputado, como vocês, e que estou aqui numa função de servir quem me elegeu e todos aqueles que não me elegeram, mas confiaram em nós e, por isso, serei breve e muito rápido, porque as propostas têm realmente um parecer, foi ratificado pela ERSAR. Não temos nada a ver com o enquadramento, talvez aqui poderemos dizer, mas isso, depende do grupo de trabalho de quem lidera, que poderia ter uma outra disposição.

Estive a ver vários outros Regulamentos, de outros Municípios, alguns com as nossas características e outros com outras características melhores, mas que, na sua síntese geral, cumpre aquilo que realmente deve ter.

Há aqui uma questão que fiquei muito sensibilizado, que é a definição, dos conceitos, penso que isso, para qualquer regulamento é determinante e a definição dos termos adequados aquilo que é a regulamentação dos serviços, penso que não só para os consumidores, os próprios utentes, mas para quem lida com os serviços e o gere, é algo crucial e isso vejo que é comum.

Depois, a questão também, que foi aqui chamada para alguns pareceres da questão, da faturação, e a questão das reincidências de quem é reincidente constitucionalmente, isso leva-nos a outro aspeto e por isso, a ERSAR recomendou retirar ou pelo menos modificar esse aspeto. Mas, em relação à faturação, já o disse aqui que devia ser mais ilustrativa. O parecer tem em mente, até mesmo nos contactos, quando um utente deve contactar os serviços porque não o faz, com aquilo que, realmente hoje é exigível e exigido e por isso foi retificado, talvez pode ser melhorado, mas, foi merecedor de recomendação pela ERSAR.

Em relação ainda à faturação, há aqui uma questão que já foi discutida, nesta Assembleia, que é a questão das tarifas. Este tarifário foi aprovado e, por isso mesmo, não é agora merecedor de alguma análise, mas pronto, estão adequadas de uma ideia que vejo, é que estes serviços, apesar do seu passivo, peço desculpa, mas mediante esse passivo, tem vindo a renovar e tem vindo a equilibrar e tem sido um trabalho realmente merecedor, sobretudo, nesta atualização de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

regulamentação, não só neste ponto que são os serviços de abastecimento público, a água e o saneamento de águas residuais, como os outros das águas residuais industriais, como também as questões que têm a ver com os resíduos urbanos, a higiene e limpeza e, por isso, merece-me um grande elogio. Já o fiz, continuo a dizê-lo e, realmente, estamos num bom caminho, que é aquilo que pensamos e desejamos.

Em relação a alguns aspetos, não percebi bem aqui uma questão, que a ERSAR não pode relativamente, a alguma introdução de alguns aspetos, do qual, não tem a natureza de dizer algo.

Gostava que me explicassem este aspeto porque com certeza o documento na sua regulamentação quer ir mais além, mas como a entidade reguladora não permite, porque é muito controlada em termos dos normativos, diz assim, “é melhor não comentarmos isso”, mas gostaria de saber, penso que nalguns aspetos que poderiam ser introduzidos e que realmente mereciam.

Em termos de águas residuais industriais, o parecer chama a atenção para alguns aspetos, em forma, de requerimento que me parece bem, mas, sobretudo, a medição dos caudais que fiquei aqui com algum aspeto de quem repara e substitui, é por conta de quem? Da entidade gestora, como é óbvio, é ela que gere, mas é imputável a quem? Portanto, isso também mereceu, assim como, uma análise ao consumidor,

Depois, em todos os relatórios, eu gosto muito do Kant. O Kant é aquele “do dever”. A ERSAR diz, recomenda que não ponham lá, devem, devem ser implementadas, e, por isso, aconselhou a retirarem, o devem. O devem é imperativo. Quando alguma pessoa deve, deve ser, isto deve, não deve. É imperativo e como é imperativo, a entidade gestora não pode ter essa forma imperativa, mas pronto, foi refeito, foi bem. Achei piada, nesse sentido, mas que serve só como piada.

Depois também há aqui uma questão que estive a ver e que tem a ver com o seguinte, penso que o documento incentiva a redução da produção do RSU, estou-me a referir agora e assim, já faço a recomendação, em relação às águas residuais industriais, a responsabilização que a ERSAR comenta muito e, realmente, é ter em atenção, é o princípio do poluidor pagador. Muito bem, está incluído.

Depois também a definição de normas respeitantes à recolha, transporte e destino final dos RSU. Aqui também se diz, e já vi nos documentos, que deve-se aumentar sítios para maior recolha. A questão das pilhas é que não consigo, mas pronto, já lá irei quando tiver outra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

intervenção. Promover uma política energética baseada no aproveitamento racional e sustentável dos recursos renováveis como princípio de reduzir, reutilizar, reciclar, bem como, uma racionalização do consumo está cá bem evidente. E, portanto, saúdo.

Outro aspeto, é o despertar das mudanças de atitude e comportamento cívicos dos cidadãos.

Senhores Mentores, sei o esforço que tem dado esta Câmara, Senhora Administradora, a sua equipa, para sensibilizar. Vimos aqui à pouco a Leonor falar das questões e das preocupações que têm. Temos que fazer, uma campanha com projetos, mais de ação, que envolvam as escolas, mas não sei se também tem que se fazer de proximidade, os meios e as ações, todas são boas, têm vindo ultimamente, através do Facebook, dos meios eletrónicos, a fazer isso.

Temos que encontrar forma, não só para as questões dos resíduos e até mesmo da própria higiene, mas respeitar o asseio, a limpeza, não só dos arruamentos, passeios, não considero que seja o maior trabalho, porque também compete a esta Câmara e a todos nós eleitos, contribuir para esta educação cívica.

Consideramos que certa complexidade de assuntos relacionados ou atinentes ao ambiente e aos resíduos são complexos, mas este Regulamento faz uma abordagem integrada dos diplomas legais referidos, aliás como obrigatoriedade, em termos, de enquadramento, pretende possibilitar todos os Municípios e todas as entidades com obrigações legais, no âmbito, da gestão, sobretudo, na gestão dos resíduos abrangidos, no caso, industriais.

Daí que o Regulamento apresenta uma redação atualizada.

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções do CHEGA, 38 votos a favor, 18 do PS, 15 do Sempre-MI, 4 do PSD/CDS/PPM e 1 do MPT, aprovar o Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Município de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

6.1.2. Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais no Sistema Público de Drenagem do Município de Castelo Branco. (Proposta nº. 42/2025)

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções do CHEGA, com 2 abstenções do CHEGA, 38 votos a favor, 18 do PS, 15 do Sempre-MI, 4 do PSD/CDS/PPM e 1 do MPT, aprovar o Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais no Sistema Público de Drenagem do Município de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º. 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

6.1.3. Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Higiene e Limpeza Urbana de Castelo Branco. (Proposta nº. 43/2025)

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções do CHEGA, com 2 abstenções do CHEGA, 38 votos a favor, 18 do PS, 15 do Sempre-MI, 4 do PSD/CDS/PPM e 1 do MPT, aprovar o Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Higiene e Limpeza Urbana de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º. 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

7. Discussão e votação da Proposta do “PAPERSU – Plano de Ação do Município de Castelo Branco para cumprimento do PERSU 2030 – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos”. (Proposta nº. 44/2025)

Ernesto Candeias Martins (MPT) – O PAPERSU tem aqui diria, três aspetos, portanto, o primeiro, é o cidadão, a sua mentalidade e a sua culturalização para questões do ambiente e, neste caso, para cumprir as diretivas, sobretudo a partir de 2019, do Pacto Ecológico Europeu. É verdade que a partir desse Pacto Europeu, nasceram vários planos de ação e, portanto, vários roteiros, questões também de planos nacionais e, realmente, está alinhado com os objetivos não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

só do PAPERSU 2030, da APA, mas também com as diretrizes e recomendações da União Europeia.

Com estas estratégias e metas definidas para o nível nacional e enquadrada dentro daquilo que é a legislação e mecanismos de operacionalização, reconheço o bom trabalho desempenhado pela equipa e na pessoa da Senhora Presidente da Administração, na feitura deste Plano de Ação Municipal de Gestão de Resíduos. Há previsão de um plano de investimentos? Não ficou bem claro, qual o investimento previsto até 2030, isso depende daquilo que são as tomadas de decisão e já ouvimos aqui dizer que é uma preocupação desta Câmara, investimentos destinados à implementação de medidas e ações destinadas à prevenção, reutilização e reciclagem de resíduos, bem como, na aquisição de equipamentos. Já sei que vamos nessa linha de adquirir equipamentos novos.

Criação de infraestruturas que concorrem com aqueles objetivos que referi não só do PAPERSU, mas também com as recomendações europeias nesta matéria do Pacto Ecológico Europeu.

E, estamos perante um novo contexto que obriga a todos os cidadãos a alterar o paradigma, não só nacional, mas também local, municipal, de garantir o necessário salto quantitativo e qualitativo exigido e, do qual, o PAPERSU 2030, pretende densificar e complementar as medidas identificadas neste documento apresentado, integradas no alinhamento de uma política ambiental, não só da União Europeia e, do qual, contrariamente ao que alguns não dizem, afinal há estratégia ambiental, neste Município.

Com efeito, as medidas do presente PAPERSU, procuram contribuir para um aumento da prevenção, preparação, para a reutilização, reciclagem e valorização dos resíduos, com as evidentes vantagens para a concretização de uma economia circular, com a consequente redução de consumo de matérias primas e contribuição para aquilo que é a neutralidade carbónica até 2050.

A ambição incutida nesta calendarização de 2025 a 2030, associada à estratégia programada, conforme o documento e os seus anexos mencionam, com obrigações e metas em matéria de gestão de resíduos no contexto do Plano de Ação de Economia Circular, está enquadrado naquilo que são as recomendações da Comissão Europeia, em dezembro de 2019.

E, por isso, creio que terá impacto expressivo no desenvolvimento e atualização de uma política pública, em termos, ambientais, no esforço de direcionamento de investimentos. E aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

lembro que há programas, apoios comunitários e também nacionais que devem, realmente, ser solicitados ou candidatos a candidaturas para que se possa ter estes objetivos concretizados. Mas, no fundo, o documento, na minha perspetiva, vai naquilo que deve ser a bem da comunicação para uma cidadania ativa, participativa e responsável pelo ambiente.

A sensibilização e a educação ambiental têm um papel central, uma vez que os bons resultados, a jusante, decorrem e dependem de uma larga medida, de uma mudança de comportamentos que conduz a uma cidadania ambiental ativa e envolvida.

Acresce ao documento, nas suas evidências, a articulação com a visão, objetivos, metas e medidas com os planos de referência. É necessário, entre outras medidas indicadas no documento, apoiar o desenvolvimento dos novos sistemas tarifários, dos novos modelos de recolha, da reconversão de tecnologias de tratamento, da comunicação, da própria educação ambiental e da sensibilização dos cidadãos, com vista à alteração dos seus comportamentos, mentalidade e, sobretudo, uma consciencialização ambiental e capacitação de todos, sejam empresas, juntas de freguesia, instituições sociais, de ensino ou educativas, etc. Todos estarão envolvidos em matéria de prevenção e gestão dos resíduos. É um desafio de grande complexidade e que exige respostas interdisciplinares e coordenadas, não só nas diferentes áreas dos serviços dos SMAS, mas também com os serviços da própria Câmara Municipal.

Neste contexto, espera-se que o PAPERSU, naquilo que é o seu enquadramento no PERSU 2030, contribua para o cumprimento dos objetivos que pretendemos. Sugiro e com isto, vou terminando, algumas ações que o PAPERSU indica ou então, pode acrescentar-se a elas, àquelas indicadas. A primeira, são as campanhas de informação, de proximidade e regulares sobre a participação na recolha seletiva, nomeadamente, no que respeita aos bio resíduos, junto da população e dos produtores de resíduos urbanos, com vista a aumentar a quantidade e a qualidade dos resíduos recolhidos seletivamente pelo Município.

Quer dizer, há que incrementar uma percentagem de população que se envolva cada vez mais nas campanhas ao longo da vigência do plano de ação, premiando quem mais colabora a partir das juntas de freguesia, ou seja, a divulgação junto dos cidadãos de opções que nas suas tarefas do dia a dia, possam contribuir para a prevenção, no âmbito, da reutilização e da reparação de bens.

Em segundo lugar, o levantamento e divulgação de plataformas e ou locais direcionados para a reparação e reutilização de produtos, seja de mobiliário, equipamentos elétricos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

eletrónicos e outros. Falei aqui há pouco das pilhas também, é uma questão de maneira a que haja realmente mais informação junto dos cidadãos neste aspeto.

Terceiro, produção de materiais de comunicação com vista a apoiar os cidadãos e empresas junto das freguesias, a encontrar formas de prevenção, encaminhamento adequado das frações valorizadas, assim como, pequenas quantidades de resíduos que são perigosos e que têm de ser realmente tido uma atenção específica, porque são realmente perigosos. A perigosidade também está prevista nesse sentido.

Depois, a ferramenta de divulgação anual da monitorização dos principais indicadores do desempenho dos resíduos urbanos, permitindo o acompanhamento da implementação, hoje há softwares que permitem tudo isso, das medidas e consequente da concretização dos objetivos. O que é que quero dizer? Há que desenvolver um barómetro para avaliar os temas críticos identificados pelos produtores dos resíduos urbanos, no que respeita ao serviço prestado, de proximidade, comodidade, limpeza urbana, custo para que depois os apoios, sejam de avaliação de implementação da estratégia do plano.

Outro ponto, a criação publicação de um índice Municipal de Limpeza Urbana. Penso que essa pode refletir uma perceção do estado de limpeza, não é que não tenha já merecido o reconhecimento nacional da limpeza, mas penso que, por parte, dos cidadãos, têm de ser elucidados de que até estamos a contribuir para o ambiente. Nós até somos uma cidade limpa, apesar de haver aquelas anomalias que disse que tem a ver com a consciencialização dos cidadãos.

Outro ponto, é promover mais locais e serviços de receção, recuperação e reparação dos produtos em condições de reutilização.

Depois, também a modernização da gestão da recolha dos resíduos, incluindo a digitalização e utilização das TIC, que permita sistemas e circuitos de recolha integrados, otimizados e dinâmicos, assim como, circuitos de frequência, de limpeza urbana e de varredura.

Por último, reforçar a fiscalização do cumprimento das regras e das regras previstas nos Regulamentos Municipais. Penso que essa, é uma das questões que já disse, tem a ver com a consciencialização dos cidadãos, mas deve haver fiscalização para que leve a bom termo toda esta proposta do PAPERSU.

Portanto, os meus parabéns.

As minhas felicitações pelo trabalho e por este documento. Obrigado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara - Esta é mais uma evidência do trabalho que temos vindo a desenvolver. Eu queria saudar a Senhora Administradora Delegada dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco pela elaboração destes três relatórios e também deste Plano Estratégico. São, como dizia há pouco, relativamente, à Carta Educativa, também ao PGU e PDM, instrumentos estruturantes daquilo que é a vida do Concelho, neste caso, concreto, dos Serviços Municipalizados e que muito nos apraz aqui, trazer para aprovação.

Quero deixar duas ou três notas relacionadas com estes temas do ambiente, da sustentabilidade ambiental, que aliás, o professor Ernesto Candeias Martins já aqui abordou, nomeadamente, a questão dos resíduos industriais.

Encontrámos uma situação complicada na Vila de Alcains no que respeita aos efluentes provenientes da Oviger. Desenvolvemos um processo longo e cuidado, no sentido, de tirarmos definitivamente, os efluentes da Oviger da Ribeira da Lória. Conseguimos chegar a acordo com a empresa Oviger, estabelecer compromissos também com a EPAL e também com a supervisão, do acompanhamento, por parte, da APA e chegamos, efetivamente, a bom porto.

Chegamos a bom porto e, neste momento, a Ribeira da Lória está livre dos efluentes da Oviger, mediante, como dizia, compromissos importantes assumidos pela empresa, naquilo que é a sua ação e aquilo que é a sua atividade económica, tão importante também para o Concelho, Vila e Freguesia de Alcains.

Depois, quero deixar uma outra nota, no que diz respeito, aos bio resíduos. Castelo Branco é hoje um caso de estudo ou um caso de exemplo a nível nacional, no que diz respeito, à estratégia para os bio resíduos.

Lançámos o nosso projeto de recolha, junto dos grandes consumidores, colaboramos e interagimos com as juntas de freguesia, naquilo que é a instalação e o acompanhamento dos compostores.

Estamos numa outra fase deste projeto tão importante, no que diz respeito à redução de lixo para aterro.

Estamos neste momento a trabalhar, individualmente, com os pequenos produtores, ou seja, com os produtores domésticos. São ações que denotam o planeamento, estratégia e, ao mesmo tempo mostram a intervenção do Município de Castelo Branco nesta área tão importante que são as questões ambientais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estamos também a trabalhar no que diz respeito, à eliminação das fossas sépticas ou das fossas comunitárias. Não será um processo curto, antes pelo contrário, pela dimensão, exige tempo, exige projetos, exige também compromisso, mas é algo que é inevitável.

No que diz respeito à ação do Município com a sua dimensão e na procura de soluções que urge tratar, dou o exemplo da estação de tratamento de Alameda, há tanto tempo ambicionada.

Tivemos a oportunidade de comprar o terreno, já efetuamos a ligação para a futura ETAR, tirando as condutas das propriedades privadas e passando para as vias públicas, de modo, a facilitar intervenções futuras e estamos em condições para, em breve prazo, iniciar as obras de construção desta ETAR inovadora e de última geração que terá em Alameda a sua concretização, dando resposta, como dizia, a uma ambição antiga dos cidadãos de Alameda.

Por isso, Senhor Presidente da Junta de Freguesia, felicito-o também por este investimento e por esta obra para a freguesia de Alameda.

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Ação do Município de Castelo Branco para cumprimento do PERSU 2030 – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

8. Discussão e votação da proposta de “Contas Consolidadas do Grupo Municipal do ano de 2024”. (Proposta n.º. 45/2025)

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra do CHEGA, 19 abstenções, 15 do Sempre-MI, 4 do PSD/CDS/PPM, 19 votos a favor, 18 do PS e 1 do MPT, aprovar as Contas Consolidadas do Grupo Municipal do ano de 2024.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º. 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

9. Discussão e votação da proposta de “3ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano de 2025”. (Proposta nº. 46/2025)

Armando Lopes Ramalho (Sempre-MI) – Relativamente, à presente proposta de alteração orçamental, tenho, digamos, uma perceção e uma pergunta.

A perceção, em dezembro de 2024, aquando da aprovação do Orçamento do ano de 2025, já referi e disse que, dada a minha naturalidade de Alcains referi, que o documento cheirava a eleições. Pelo que me abstenho neste momento, de qualificar o aroma da presente proposta modificativo do referido Orçamento.

Quanto à pergunta, acerca de um mês, esta Assembleia aprovou a segunda proposta de alteração ao orçamento da Câmara Municipal de Castelo Branco para o ano de 2025. Qual ou quais as razões supervenientes que motivaram a necessidade de uma nova Revisão, passado cerca de um mês? É falta de planeamento, ou outras razões se levantaram? Obrigado.

Presidente da Câmara – A resposta ao Senhor Deputado Armando Ramalho é clara. O documento fala por si.

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos contra, 15 do Sempre- MI, 2 do CHEGA, e 1 do PSD/CDS/PPM (Miguel Gregório Barroso), 2 abstenções do PSD/CDS/PPM e com 20 votos a favor, 18 do PS, 1 do Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Beira e 1 do MPT, aprovar a 3ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano de 2025.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 10.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

10. Discussão e votação da proposta de “Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Monforte da Beira para aquisição de viatura”. (Proposta nº. 47/2025)

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Monforte da Beira, um apoio financeiro no valor de €7.869,60, para aquisição de viatura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º. 11.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

11. Discussão e votação das propostas de “Acordo de Colaboração com as Juntas e União de Freguesia:

11.1. Freguesia da Lardosa – Festa da Flor 2025. Aditamento. (Proposta n.º. 48/2025)

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Aditamento ao Acordo de Colaboração com a Junta de Freguesia da Lardosa, para a “Festa da Flor”, um reforço do apoio no valor de 45.411,45, cujo o valor total orça em €54.411,45.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º. 12.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

11.2. Freguesia de Salgueiro do Campo. Feira da Vinha e do Vinho 2025. Aditamento. (Proposta n.º. 49/2025)

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Aditamento ao Acordo de Colaboração da Freguesia de Salgueiro do Campo para a Feira da Vinha e do Vinho 2025, um reforço do apoio financeiro, no montante de €10.000,00 (dez mil euros), cujo o Orçamento total orça em €40.000,00.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º. 13.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções do Público.

CONCLUSÃO DA ATA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 13 horas e 30 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Secretária,
